

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Alex Hummel

“NADA MUDOU!”

**FLUXOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES TOTAIS: O CASO DA ACADEMIA
MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS - AMAN**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

Niterói

2011

Alex Hummel

“NADA MUDOU!”

**FLUXOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES TOTAIS: O CASO DA ACADEMIA
MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS - AMAN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para integralização do Curso de Mestrado em Ciência da Informação sob a orientação da Prof^ª. Dr.^ª Lídia Silva de Freitas.

Niterói

2011

Alex Hummel

“NADA MUDOU!”

**FLUXOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES TOTAIS: O CASO DA ACADEMIA
MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS - AMAN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para integralização do Curso de Mestrado em Ciência da Informação sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lídia Silva de Freitas.

Prof.^a Dr.^a Lídia Silva de Freitas
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen Magalhães Costa
Membro da banca

Prof.^a Dr.^a Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima
Membro da banca

Prof.^a Dr.^a Geni Chaves Fernandes
Suplente

Niterói

Outubro de 2011

Dedicatória

A Mislene e Ana Luísa, que sempre fazem minha alma sorrir.

A todo aquele que ousa sonhar.

A todo aquele que ama.

A todo aquele que vive intensamente.

A todo aquele que ousando amar, sonha e vive como ninguém mais poderia.

Agradecimentos

A Deus, que me dá muito mais do que poderia esperar.

A quem colaborou neste trabalho e torceu por seu sucesso e cujos nomes estão escritos na infinitude dos céus da gratidão.

Especialmente à Professora Lídia, de quem pude aprender a seriedade e a profundidade do “lidismo”, maneira única como derrama seus cuidados em atenção ao crescimento de seus orientandos. Pessoa que se entrega sem reservas à arte e à sabedoria de guiar neófitos pelos jardins da ciência, que se dá muito além da obrigação, que inspira, compreende, apóia e marca para sempre essa experiência acadêmica.

Resumo

As tecnologias da informação e da comunicação que atravessam o cotidiano de sujeitos e instituições contemporâneas oferecem possibilidades de estabelecer relações sociais até então inusitadas. Este trabalho investiga os limites e as possibilidades que se manifestam a um determinado tipo de instituição, as instituições totais, em função dessas tecnologias. O conceito de instituição total é apreendido no contexto da obra de Erving Goffman e ganha forma na análise empírica levada a campo junto à AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras, escola de formação dos oficiais combatentes do Exército Brasileiro. A partir da construção de uma articulação teórica entre os conceitos de instituição total e de informação, são explorados os mecanismos de controle informacional no contexto dessas instituições e as interações promovidas pelos aparatos tecnológicos disponíveis. O caso concreto é apresentado em sua historicidade, é feita sua apreciação teórica e normativa para, finalmente, ter examinado seu cotidiano nas entrevistas com os internos. Ao fim, revelam-se tensões na permanência do modelo institucional secular imerso no dinamismo das práticas de comunicação e informação que hoje se fazem presentes.

Palavras-chaves: informação, instituição total, AMAN

Abstract

Information and communication technologies that pass by contemporary people and organizations quotidian offer possibilities to get unused social relations. This study investigate limits and possibilities that appear for a specific type of organization, the total institutions, in face of those technologies. The total institution concept is apprehended on the Erving Goffman's work and takes place on the empiric analysis made about AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras, graduate school for combat officers of Brazilian Army. Since theoretical articulation between information and total institution concepts, it shows information control mechanisms for these institutions context and the interactions promoted by technological itens available. The real case is presented on its historical meaning with the theoretical and normative investigation to, finally, get its quotidian analysed by inmates interviews. Finishing, it brings out many difficulties for that archaic institution model to remain immersed in the dynamic communication and information practices actually used.

Key words: information, total institution, AMAN

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	15
3 MARCO TEÓRICO - ASPECTOS INFORMACIONAIS DO CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL	18
3.1 O SURGIMENTO DO CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL	18
3.2 OS MECANISMOS DE CONTROLE INFORMACIONAL NA INSTITUIÇÃO TOTAL	22
3.3 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO E SUAS POSSIBILIDADES	30
3.4 INSTITUIÇÃO TOTAL E FORÇAS ARMADAS	34
4 MARCO EMPÍRICO – A AMAN EM SEU CONTEXTO INFORMACIONAL	42
4.1 HISTÓRICO DA AMAN	42
4.2 NORMAS DE ENSINO MILITAR	47
4.3 OS CONTROLES DE INFORMAÇÃO NA AMAN	52
4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	61
5 CONCLUSÃO	71
6 REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

“Nada mudou!” Esta frase ecoa muito frequentemente nos corredores da AMAN em resposta aos jovens estudantes que perguntam sobre o significado de procedimentos que lhes parecem estranhos e, muitas vezes, sem sentido. O discurso dos mais antigos aponta para a pretensa eternidade da rotina e do fazer militar e revela o desejo de perpetuar as práticas cotidianas da instituição, numa sequência lógica onde as coisas deveriam se repetir porque supostamente “*sempre foram assim e sempre serão assim*”.

Fazendo referência a um caso ocorrido em outra instituição que adota o isolamento como rotina, o site do jornal britânico *The Telegraph* informava em 18 de fevereiro de 2011 que uma freira católica havia sido expulsa do convento espanhol onde vivia em clausura por mais de três décadas porque havia se conectado ao site Facebook e estabelecido contatos com mais de 600 amigos nesta rede social. Segundo a irmã punida, “suas companheiras não gostaram muito da situação e a freira conta que isso fez a vida impossível” (THE TELEGRAPH, 2011). Também de modo emblemático havia sido divulgado, em 17 de novembro de 2010, o alerta da cúpula de outra instituição total a seus membros em operação no mundo árabe: “A Força Aérea Americana alertou seus militares a terem cuidado ao usar a rede social Facebook e outros sites populares, porque algumas novas funções poderiam mostrar ao inimigo exatamente onde as forças dos EUA estão localizadas nas zonas de guerra” (ASSOCIATED PRESS, 2010).

A perturbação da ordem interna de uma instituição religiosa e as transformações do ambiente operacional das forças militares norte-americanas são sintomas dos dilemas impostos a certas instituições ao longo do breve e intenso século XX, período que revelou uma profusão da produção científica e dos aparatos tecnológicos numa proporção bastante elevada. O surgimento do rádio e das telecomunicações, da eletrônica e da informática, entre tantas outras transformações, proporcionou o alargamento da distância entre gerações até então muito próximas. Os sujeitos passaram a viver sua experiência concreta no mundo em um cenário onde a inovação tecnológica associada à sucessão de diferentes formas de relacionamento social seria apenas uma face do surgimento de uma nova dimensão existencial: um ciberespaço (cf. LÉVY, 2007).

A própria constituição da Ciência da Informação (CI) testemunha o desenrolar destes processos. Enquanto uma fronteira de estudos que busca analisar o papel da informação e do conhecimento nas mais variadas dimensões da vida social, incluindo a estruturação das organizações e de seus processos de consolidação e permanência, sua maturação acontece em

meio a uma dinâmica inovadora onde os modos de produção, circulação e apropriação da riqueza se reconfiguram a partir da geração e incorporação de novas tecnologias, levando os agentes a produzir e consumir informação como fator de poder econômico e político. Como afirma González de Gómez acerca do final dos anos 1970:

Diferentes discursos e abordagens passariam a estudar as relações entre essa nova geração de tecnologias de comunicação e informação e transformações nos modos de expressão e acesso cultural, nos processos de trabalho, nas práticas e modelos de gestão da administração pública e na esfera da empresa e dos negócios. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.29)

Estas diferentes tentativas de compreender os fenômenos, que vão rapidamente modificando as formas tradicionais de relações sociais e fazem o conceito de obsolescência avançar para uma fronteira fragilmente delineada na linha do tempo, deslocaram as questões informacionais para uma posição mais central no campo das ciências sociais, de modo que “A necessidade da gestão institucional dos saberes - intervenção institucional sobre seu "fluxo normal" - confere um novo significado a um termo mais antigo: informação” (FREITAS, 2003, baseada em FERNANDES, 1993¹.)

Observando um pouco mais os desenvolvimentos teóricos da última década em relação aos estudos da informação em perspectiva social, Capurro e Hjørland (2007) identificam uma transformação no entendimento do papel da informação para os diferentes processos, destacando sua proeminência em relação às tecnologias em si mesmas:

A mudança terminológica de sociedade da informação para sociedade do conhecimento sinaliza que o conteúdo, e não a tecnologia da informação, é o principal desafio tanto para a economia quanto para a sociedade em geral. (CAPURRO e HJORLAND, 2007, p.174)

Diante deste movimento em que se “profetiza a informação como elemento-chave para a sociedade contemporânea”, conforme nos afirmam recentemente GRACIOSO e SALDANHA (2010, p.32), é que se descortina uma grande variedade de leituras dos novos arranjos sociais que envolvem instituições e práticas seculares, e depara-se com a necessidade de compreensão da dinâmica que se estabelece entre a atividade cotidiana dessas instituições em busca de seus propósitos e os elementos de informação que envolvem o seu ambiente operacional, seja facilitando, restringindo ou apenas modificando as possibilidades de eficácia das ações empreendidas.

¹ FERNANDES, Geni Chaves. *O que é Ciência da Informação: identificação através de relações conceituais a partir de três visões*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

Esta pesquisa buscou a construção de um olhar sobre as diversas tensões surgidas entre os movimentos institucionais e um ambiente operacional profundamente permeado pela informação. Tensões essas que se manifestam inseridas no que Pierre Levy chama de “*aspectos civilizatórios* ligados ao surgimento da multimídia: novas estruturas de comunicação, de regulação e de cooperação, linguagens e técnicas intelectuais inéditas, modificação das relações de tempo e espaço etc.” (LÉVY, 2007, p.13)

Na perspectiva de estabelecer um estudo de caso, onde “se investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p.32), foi tomado como objeto de análise um tipo de organização conhecido na literatura por Instituição Total. Estas instituições, segundo Goffman (2007), são caracterizadas por buscar o isolamento dos indivíduos e o controle rígido dos fluxos de informação e produção do conhecimento, como é o caso do convento em regime de clausura comentado no início desta introdução, assim como os presídios e os quartéis.

Este trabalho analisou uma instituição bastante singular, a Academia Militar das Agulhas Negras –AMAN, que reúne as características fundamentais de uma unidade militar, um aquartelamento, com a finalidade de formação típica das escolas, buscando atuar sobre os aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor do sujeito. Esta Academia recebe anualmente cerca de 400 jovens de todo o país e representantes de *nações amigas* para realizar o curso de formação de oficiais do Exército, na linha bélica, com duração de quatro anos. Neste período ocorre uma variedade de atividades que apresenta, de modo constante, o cuidado específico com a *formação moral do aluno*. Como nos mostra Castro (1990), cada um desses jovens se voluntaria a tomar parte no curso e ingressar na instituição, trazendo sua história de vida e seus anseios ao encontro de uma proposta que abarca toda a vida e busca criar uma identidade diferenciada: militar.

Segundo a Proposta Pedagógica da AMAN, suas pretensões vão muito além do que usualmente se imagina para uma instituição escolar:

A AMAN, na execução do processos ensino-aprendizagem que lhe é própria, se propõe a:

- ensinar o que é ser soldado, homem e cidadão;
- preservar e cultivar os valores militares;
- fortalecer o sentimento e a convicção patriótica de todos os seus integrantes; e
- consolidar o amor e o compromisso de todos os seus componentes com o Exército. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2008)

Percebe-se facilmente que a AMAN não é uma escola como as outras. Embora ao término do curso o cadete receba o título de bacharel em Ciências Militares, o espaço de ação da Academia na formação do sujeito envolve a construção de uma identidade, um sentimento de familiaridade e pertencimento ao Exército. Em outras palavras, envolve a subjetivação, a definição de um modo de ser carregado de valores tradicionais.

É neste contexto que a construção do sujeito militar acontece marcada pela diferenciação ou mesmo pela oposição dos valores militares aos do homem civil:

Cotidianamente, existe uma distinção entre “nós-militares” e “eles-paisanos” comumente aplicada quando se está apenas entre esse “nós”. Ela se manifesta cada vez que é solicitado um guia de referência que estabeleça uma demarcação entre os dois mundos, aquele com o qual alguém se identifica e o outro que é identificado por *contraste*, formando-se assim uma *identidade contrastiva*. (LEIRNER, 1997)

Daí se estabelece um choque potencial entre a fartura de elementos tecnológicos disponíveis para o acesso a um imenso volume de informações e a premissa básica de que o fechamento do grupo social dos alunos, chamados cadetes, é peça indispensável para o efetivo sucesso das atividades nesta escola militar, mesmo porque “não é a informação compartilhada, mas a interpretação compartilhada, que mantém as pessoas unidas.” (CAPURRO e HJORLAND, 2007, p.174). Sendo assim, a oposição criada por esta polaridade identitária se revela também nos contatos cotidianos, na troca de informações, nas leituras de mundo e interpretação dos fatos políticos.

Assim, a hipótese fundamental que se apresenta nesta pesquisa é que os recursos tecnológicos de informação e comunicação presentes no cotidiano tornam o isolamento, a clausura, algo praticamente impossível de se manter em uma sociedade que respeite o estado de direito, o que impõe para as instituições fechadas a necessidade de desenvolverem novas estratégias na tentativa de estabelecer uma comunicação dialogada com o mundo exterior, atuando tanto nos fluxos de entrada como de saída de informações.

A partir deste ponto, considerando as aproximações entre uma instituição total e a disponibilidade de um vasto volume de informações suportada por recursos eletrônicos de comunicação, surgiu a questão fundamental para este trabalho: quais as possibilidades e os limites de ação de uma instituição total no mundo contemporâneo, diante da existência de intensos fluxos de informação possibilitados pelos recursos tecnológicos presentes no ambiente institucional?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi conhecer o modo como a atividade de subjetivação de uma instituição total é afetada pelos fluxos de informação que ultrapassam as fronteiras criadas para o isolamento do mundo dos sujeitos internos, tomando como caso específico a AMAN. E, de maneira articulada, diversos outros objetivos específicos se fizeram manifestos ao longo do trabalho: Compreender o conceito de Instituição Total e suas aplicações; Problematizar o conceito de informação numa perspectiva social; o papel do controle dos fluxos de informação numa Instituição Total; Verificar as relações entre Forças Armadas e o conceito de Instituição Total; Sistematizar aspectos significativos do histórico da AMAN; Identificar a existência de fluxos de informação que fogem ao controle formal da AMAN; Levantar os instrumentos de controle de acesso dos cadetes da AMAN à informação e sua eficácia; Evidenciar as condições de manutenção de um projeto de construção da identidade do militar do Exército Brasileiro por meio do afastamento do meio civil.

Em busca de conhecer as permanências e transformações que cercam uma instituição surgida em outro contexto histórico, criada a partir de demandas concretas e localizadas temporalmente, passível, portanto, de alguma forma de dissociação das condições históricas do mundo contemporâneo, esta pesquisa se desenvolveu pela construção do encontro entre labores teóricos muito distintos, mas nem um pouco estranhos entre si. Por um lado, buscamos a discussão acerca do entendimento do conceito de informação a partir de sua manifestação social, muito além dos possíveis tecnicismos de uma referência teórico-prática limitada (cf. GRACIOSO e SALDANHA, 2010, p.35). Procuramos estabelecer uma base de entendimento do conceito de informação a partir das contribuições de autores seminais da Ciência da Informação, cuja leitura em muito dialoga com nossa proposta. Por outro lado, a definição do conceito de instituição total e a reconstrução de suas articulações teóricas a partir de seu autor, Erving Goffman, mostra o foco das práticas dessas instituições no terreno da informação e da comunicação.

Na interseção desses caminhos teóricos, que vão se fazendo em constantes atravessamentos e sobreposições, é que se juntam as tecnologias da informação e do conhecimento. Por isso nossa perspectiva de análise foi centrada na localização de traços deixados pelas redes eletrônicas na vida interna da instituição analisada.

No Capítulo 2 apresentamos os procedimentos metodológicos que sustentaram esta pesquisa numa dimensão marcadamente qualitativa, por meio de um estudo de caso que envolveu entrevistas e análise de documentação referente à instituição escolhida como objeto de estudo.

O aporte teórico é apresentado no Capítulo 3, que demarca o solo sobre o qual levantamos este edifício e, ao final, faz a projeção destas articulações teóricas sobre o caso destacado, a Academia Militar. Resgatando a percepção de quão adequado é o uso do conceito desenvolvido por Goffman para a análise de instituições militares, encontramos também pistas para a investigação dos fluxos de informação que permeiam estes espaços.

Logo adiante, no Capítulo 4, a Academia do Exército é apresentada como um caso exemplar de instituição total e investigamos as normas que regem as ações subjetivadoras e os controles informacionais subjacentes, procurando deixar clara a centralidade da ação informacional no ambiente controlado desta instituição. Em seguida, apresentamos os principais elementos encontrados na pesquisa de campo, em que foram entrevistados cadetes do último ano dos cursos da Academia. Ali se apresentam, em estado bastante depurado, todo o resultado de uma longa ação institucional sobre a subjetividade dos internos, e nossas observações teóricas são postas em cheque.

O ponto de chegada, até então, é apresentado no Capítulo 5, pretenciosamente nomeado de forma conclusiva.

2 METODOLOGIA

No decorrer desta pesquisa foram se construindo caminhos para o diálogo entre diversas contribuições teóricas de diferentes campos do saber, no longo processo de tecer uma leitura coerente com os procedimentos próprios ao fazer científico. Esta construção foi sempre pautada pela fidelidade à estratégia escolhida – o estudo de caso – de modo a estabelecer um caminho seguro para o enfrentamento das questões propostas.

Por se tratar de um trabalho que buscou encontrar elementos para a compreensão de uma realidade social bastante ampla e complexa, o estudo de um caso típico pareceu muito apropriado, em especial por sua possibilidade de generalização e constituição de referências para pesquisas futuras. Significa dizer que foi preciso, a todo momento, ter em mente que o objetivo maior do trabalho era o conjunto das instituições totais, cabendo à AMAN o papel de território empírico a ser cientificamente explorado como exemplo de uma categoria maior. Tal escolha estratégica trouxe repercussões quanto às escolhas metodológicas possíveis. Como nos ensina Yin:

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. (YIN, 2001, p. 27)

Antes de avançar para as técnicas específicas utilizadas na pesquisa, foi preciso reconhecer o caráter qualitativo desta empreitada. Tal definição não se deu por outro motivo a não ser sua maior adequação ao contexto do trabalho, conforme sugere Calazans (2007, p. 40): “o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que pede avaliação qualitativa, pois seu objetivo é o estudo de uma unidade social que se analisa profundamente”. Como se verá adiante, o conceito de instituição total sugere uma larga gama da ação institucional sobre o sujeito, fazendo com que medições estatísticas do comportamento dos internos ou das práticas dos dirigentes sejam pouco significativas para esclarecer as relações construídas em um espaço onde se propõe a uniformidade e a ausência de desvios de qualquer natureza.

Assim, ressaltando o intento de escapar das estereis oposições forjadas entre opções quantitativas e qualitativas de pesquisa, concordamos com a afirmação de Serapioni (2000, p.188): “Do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente.”

É nessa perspectiva metodológica, então, que foram feitas as opções pela realização de entrevistas com os alunos internos à AMAN; a observação direta da ação institucional por parte do pesquisador; e a análise documental da regulamentação interna, juntamente com uma criteriosa seleção e revisão da literatura. Como parte das metodologias de pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (1994) devem ser “entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais”, essas ferramentas permitiram encontrar indícios que apontaram para a hipótese inicialmente levantada.

A análise da documentação colaborou para conhecer os objetivos da Academia quanto aos resultados pretendidos de sua ação educacional no que se refere à construção de uma certa forma de ser militar. Foi possível conhecer a maneira como a instituição busca controlar formalmente os fluxos de informação, o que permitiu compreender as estratégias utilizadas pelos internos para acessar a informação vinda do mundo exterior e alguns efeitos destas interações. Neste ponto foram examinadas portarias do Comando do Exército e dos órgãos de direção do sistema de ensino do Exército, como o DEP – Departamento de Ensino e Pesquisa. A relação completa dos documentos avaliados, constante das referências desta pesquisa, retrata o conjunto de esforços do Exército para tratar da formação de seus oficiais e lidar com o uso das tecnologias da informação no ambiente escolar.

Quanto à observação direta e às entrevistas realizadas, cabe ressaltar dois aspectos associados à condição do pesquisador, que é militar e professor na AMAN: a oportunidade de vivenciar no cotidiano as ações institucionais e as dificuldades decorrentes de sua posição hierárquica em relação aos entrevistados. Por um lado, o fato do pesquisador estar inserido no ambiente acadêmico lhe permitiu perceber nuances e identificar rotinas significativas que poderiam ser desconsideradas ou mesmo ser inacessíveis a um observador externo. É bem verdade que essa proximidade também traz o risco de entorpecer a visão do pesquisador, uma vez que está submetido às mesmas ações institucionais que busca compreender. Conforme sugere Da Mata (1978), é preciso cuidar para manter a capacidade de “estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação.”

As observações feitas do cotidiano da vida acadêmica tiveram ainda o pressuposto ético de não desnudar informações sigilosas nem promover a exposição de situações ou pessoas em condições que, de alguma maneira, pudessem afetar a segurança da organização militar. Como estas observações foram centradas nos mecanismos de controle da rede de

computadores da Academia, no que diz respeito ao acesso do cadete a informações do mundo externo, pode-se afirmar que estes cuidados prévios não inibiram o avanço dos trabalhos.

Em relação às entrevistas com os cadetes do 4º ano, último do período de formação, o ponto de partida foi buscar construir uma população que pudesse evidenciar de maneira mais clara a eficácia das estratégias aplicadas pela Academia ao longo dos anos. Foram ouvidos cadetes dos diferentes cursos da AMAN, exceto do curso de Cavalaria, que não se encontravam disponíveis no período de realização das entrevistas. A escolha do sujeito a ser ouvido foi absolutamente aleatória, sem que houvesse qualquer critério mais específico que não o fato de estar cursando o último ano.

Apesar da possibilidade manifesta de haver algum constrangimento por parte dos cadetes ao serem entrevistados por um oficial, a pesquisa não encontrou de modo flagrante quaisquer obstáculos nesta direção. Pelo contrário, o pesquisador foi recebido entusiasmado e pode contar com a atenção dos entrevistados por um longo período. Em certos momentos a empolgação dos entrevistados foi tamanha que lhes permitiu estabelecer uma linguagem mais informal, deixando transparecer o que interpretamos como certa ansiedade e realização diante da oportunidade de serem ouvidos.

Com os dados coletados junto aos entrevistados foi possível, finalmente, avaliar as possibilidades daquela instituição total frente aos fluxos de informação que lhe atravessam.

Mas esta jornada teve início na formação de um arcabouço teórico capaz de suportar as muitas articulações conceituais que se fizeram necessárias ao entendimento da presença das instituições totais na sociedade contemporânea. É o que veremos a seguir.

3 MARCO TEÓRICO - ASPECTOS INFORMACIONAIS DO CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL

Compreender um conceito é desvendar um processo de criação. E toda criação é histórica, manifesta no tempo, circunstanciada pelas demandas existenciais, pelos limites políticos e pelas possibilidades utópicas de cada época. É também testemunho de seu criador, objeto que sai da mente do homem para incessantemente construir o próprio homem. Assim, criador e criatura se apresentam mutuamente, um revelando a profundidade do outro, complementando a trama histórica onde ocupam um lugar muito próximo.

Nas próximas páginas abordaremos o surgimento do conceito de Instituição Total em sua dimensão histórica e teórica, os mecanismos de sua produção e manutenção, assim como as interações entre estes mecanismos e os fluxos de informação que atravessam a instituição. Por fim, algumas observações iniciais acerca dos recursos de tecnologia da informação que suportam o grande volume de informação em circulação, dentro e fora de instituições pretensamente fechadas. Ao longo do trabalho deverão ser acrescentadas novas contribuições quanto a este último aspecto e, também, quanto aos conceitos de sujeito e subjetivação.

3.1 O SURGIMENTO DO CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL

Como dizíamos acima, a criatura sempre dá testemunho de seu criador, como ocorre com o conceito de Instituição Total (IT), elaborado de maneira sistematizada pelo sociólogo Erving Goffman, em sua obra *Asylums – Essays on the social situation of mental patients and other inmates*, de 1961, traduzido e publicado no Brasil como *Manicômios, prisões e conventos*.

A trajetória do trabalho acadêmico de Goffman se insere no movimento conhecido na sociologia como Escola de Chicago, e revela a marca do pragmatismo em busca de compreensão de realidades sociais concretas. Este movimento, que no início do século XX representou uma série de mudanças no trabalho de pesquisa social, seja pela intensificação de uma abordagem empírica que associasse métodos quantitativos a uma perspectiva qualitativa, seja pela perspectiva de análise da realidade social pelo viés do interacionismo simbólico, desenvolvido sobretudo por George Herbert Mead, teve uma forte contribuição de Goffman, na medida em que desenvolvia suas tentativas de construir uma compreensão acerca dos

fenômenos da sociabilidade e do controle organizacional, e o exercício de diferentes papéis sociais pelos sujeitos. (cf. COULON, 1995)

Na vida acadêmica brasileira, ainda que com certo atraso, a influência da obra de Goffman passou a se fazer presente, especialmente a partir da década de 1980. Segundo diz Gilberto Velho (2002, p.15), ao analisar a importância dos trabalhos de Goffman para a antropologia e sociologia brasileira, “O trabalho de campo e a pesquisa em geral têm, certamente, em Becker e Goffman poderosas inspirações.” É o caso da contribuição de *Estigma*, obra apresentada em 1963, em que o autor discute a condição dos sujeitos que não são aceitos dentro das normas de convívio estabelecidas, seja por uma deformidade física ou um desajustamento comportamental.

Segundo Goffman, o sujeito marcado por um estigma vive uma tensão constante no trabalho de controlar as informações obtidas pelo grupo social a seu respeito, uma vez que conhece as possibilidades de depreciação a que pode ser submetido:

Sin embargo, la segunda posibilidad importante en la vida de una persona estigmatizada aparece cuando su diferencia no se revela de modo inmediato, y no se tiene de ella un conocimiento previo (o, por lo menos, él no sabe que los demás la conocen), es decir, cuando no se trata en realidad de una persona desacreditada, sino desacreditable. El problema no consiste en manejar la tensión que se genera durante los contactos sociales, sino más bien en manejar la información que se posee acerca de su deficiencia. Exhibirla u ocultarla; expresarla o guardar silencio; revelarla o disimularla; mentir o decir la verdad; y, en cada caso, ante quién, cómo, dónde y cuándo. (GOFFMAN, 2006, p.56)

Esta passagem da obra do autor assinala que no horizonte de suas preocupações se fazia presente uma perspectiva informacional, no sentido de que a interação social entre os sujeitos se faz permeada por informações produzidas e postas em circulação por este mesmo sujeito. Embora Goffman não se aprofunde nesta temática, é importante perceber que se manifesta em seu pensamento o entendimento de que a informação é uma construção, objeto de decisões que lhe dão uma característica política inegável. De modo semelhante é o pensamento de González de Gómez (1999), ao esclarecer que a disputa em torno da constituição da informação enquanto tal, as “ações de informação”, toma parte fundamental na elaboração das práticas sócio-culturais:

Nessa seletividade e capacidade de decisão sustenta-se a possibilidade de constituição de um diferencial pragmático de geração e uso da informação, conforme diversos e singulares agentes e campos de ação.

Os valores ou “testemunhos” de informação se constituem, assim, pela sobre-determinação de uma “indecidibilidade estrutural”, mediante atos seletivos e decisórios, quer sejam explícitos e formais, quer sejam tácitos e não-formalizados, dos indivíduos e grupos sociais em suas práticas culturais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.4)

Assim, como aparece em *Estigma*, a ação dos sujeitos na situação de interação social, em que a construção de laços de apoio e o estabelecimento de sinergias se impõem como uma necessidade primária, é geradora de informação ao mesmo tempo em que estabelece um contexto social específico. Ao tratar de condições específicas de delimitação de um espaço de sociabilidade, Goffman aponta, então, para a existência de realidades múltiplas, que segundo González de Gómez (1999, p.5) se relacionam por meio de “objetos informacionais de interface”, de maneira que “toda mudança de ambiente ou situação informacional requer um esforço adicional para reconstruir o contexto ou criar novos elos entre os mundos da informação e os mundos sociais.” Como afirmam Capurro e Hjørland (2007, p.170), “a informação não é uma propriedade dos fatos, mas é dependente do contexto e das limitações”.

O período em que os estudos de Goffman foram produzidos foi marcado pelo flagrante progresso econômico da economia norte-americana e da Europa Ocidental no pós-guerra, no que ficou conhecido como “anos dourados”. O papel crescente das grandes corporações, empresas multinacionais, que notadamente expandiam suas atividades pelo mundo nas décadas de 1950 e 1960, combinado com o aprofundamento das tensões típicas da guerra fria, levavam ao aumento do interesse pela ação das instituições. Em particular, porém, se colocava a necessidade de analisar instituições com alto grau de fechamento em relação à sociedade circundante, mesmo porque as contradições existentes entre o discurso liberal democrático dominante nas sociedades ocidentais e suas práticas cotidianas de poder eram marcantes. O rápido avanço econômico havia transformado profundamente as sociedades capitalistas em um curto período de tempo, exigindo um esforço significativo para a compreensão das novas realidades (cf. HOBBSAWN, 1995).

Neste ponto é preciso delimitar o alcance que aqui se pretende para o termo instituição. Conforme Costa (1997, p.50), “É muito comum confundir-se organização com instituição.(...) Talvez se deva tal confusão ao fato de que toda instituição tem suas formas de organização, sem as quais não poderia exercer sua prática, que é coletiva e social.” Portanto, tomar como

sinônimos organização e instituição carrega o risco de ocultar a dimensão mais profunda das instituições, suas peculiaridades que vão além das aparências formais.

Concordando mais uma vez com as palavras de Costa (1997), percebemos que as instituições ganham vida na perspectiva de ancorar certas práticas, estabelecer hábitos e tradições, sobre os quais a sociedade pode se firmar:

As instituições trazem embutidos mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta, que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de sua manutenção. A instituição reproduz um ritual que deve ser repetido, por força do hábito e com apoio da memória. As instituições lutam para preservar a sua regularidade. (COSTA, 1997, p.37)

Portanto, ao fazermos referência a uma instituição no escopo deste trabalho, estaremos apontando para o movimento orquestrado de forças sociais em direção a um projeto comum, a um “conjunto de práticas finalizadas, com suas normas e suas regras” (COSTA, 1997, p.51), cujo foco, no caso analisado, estará voltado para a subjetivação do interno. Como também nos mostra Benelli:

Instituição não é uma instalação material na qual se encarnam entidades poderosas. Uma instituição é uma prática social que se repete e se legitima enquanto se repete. As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando realizam – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas também produzem determinada subjetividade em seus vários atores, sujeitos são fundados no interior das práticas, sujeitos ao mesmo tempo constituídos e constituintes do cotidiano institucional. (BENELLI, 2003, p.46)

Embora o próprio Goffman indique a presença do conceito de Instituição Total sob diferentes nomes em obras de autores que lhe antecederam, é em seus artigos que uma análise detalhada e abrangente das ITs permite estabelecer um tipo ideal, ao definir os traços essenciais que caracterizam este tipo de instituição. Ainda assim, salienta a diversidade de casos concretos representativos dessa caracterização, que alcança conventos, quartéis, escolas de internato, prisões, entre outros.

Uma definição bastante precisa do conceito de IT é apresentada pelo autor:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam as três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 2007, p.17)

Esta concentração dos muitos aspectos da vida do interno em um mesmo local e submetidos a um mesmo poder vigilante e controlador, é a face mais visível dos processos desenvolvidos nas ITs. Mais tarde, tal singularidade seria também investigada por Foucault na construção do conceito de “instituições disciplinares”:

Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. [...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2002, p. 118)

É preciso, então, conhecer os mecanismos empregados pela IT para a construção de um espaço em que se possa desenvolver o progressivo fechamento da vida do interno. Vejamos.

3.2 OS MECANISMOS DE CONTROLE INFORMACIONAL NA INSTITUIÇÃO TOTAL

Disciplina e obediência constituem-se na estrutura central da IT. Ao revelar seu interesse por essa forma de organização institucional, Goffman revelaria também o que há de mais complexo e essencial nas ITs, ao apresentá-las como “as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2007,

p.22). A percepção desta função transformadora do sujeito é que permite buscar apreender a dimensão política e o espaço ocupado por essas instituições na sociedade.

Críticos como Albuquerque (1986) confrontam as análises de Goffman e procuram centrar sua análise nos aspectos metodológicos de construção do conceito, aludindo a uma imprecisão dos argumentos de Goffman que, ao relacionar uma série de características das ITs e advertir quanto a variedade de suas manifestações nas diversas formas concretas, tornariam inviável uma definição típico ideal. No entanto, o conjunto de aspectos apresentados por Goffman revela uma forma de instituição cujo propósito maior é a formação da subjetividade dos internos, de maneira que a preponderância de um ou outro instrumental de controle reflete a ampla gama de organizações que podem ser articuladas como manifestações de uma IT.

Benelli (2005) desenvolve trabalho de campo em que aborda um seminário católico como exemplo de IT, apontando para a perspectiva mais profunda da obra de Goffman, ressaltando que a riqueza de detalhes de suas análises oferece meios para uma leitura das relações de poder estabelecidas no contexto institucional e as reações sociais e psicológicas levadas adiante pelos sujeitos internos:

Acreditamos que Goffman tenha como programa justamente proceder a uma observação minuciosa do detalhe, buscando, ao mesmo tempo, um enfoque político dessas pequenas coisas do cotidiano utilizadas para a dominação e – diremos também – a produção da subjetividade no contexto institucional. (BENELLI, 2005)

As abordagens empíricas minuciosas de Goffman em torno dessas instituições ressaltaram ainda a construção de “realidades paralelas”, separadas por barreiras físicas e informacionais dos internos em relação ao mundo exterior, pelo exercício de técnicas de poder e de controle. Nas palavras de Goffman (2007, p.19), “uma das funções do guarda é o controle da comunicação entre os internados e os níveis mais elevados da equipe dirigente”. Aqui uma caracterização fundamental das ITs, a separação entre o conjunto dos internos e a equipe dirigente, responsável por dar continuidade às práticas institucionais. Tal separação, ao reafirmar o antagonismo de interesses e expressar um evidente desequilíbrio de poder entre as partes, permite a Goffman dividir sua análise entre o mundo do interno e o mundo da equipe dirigente. Embora se entrelacem e se atravessem em suas influências recíprocas, é no mundo dos internos, na esfera da ação subjetivadora, que o autor concentra seus esforços.

Além disso, novamente citando Goffman (2007, p. 20): “assim como há restrições para conversa entre as fronteiras, há também restrições à transmissão de informações,

sobretudo informação quanto aos planos dos dirigentes para os internados”, o que expressa uma associação profunda entre uso e acesso às informações e a construção do fechamento, ou da totalização, dessas instituições.

Interessante perceber que o mesmo conjunto de técnicas de controle que impõem restrições e obstáculos ao trânsito de informações em direção aos internos, estabelece uma ampla abertura na exposição das informações sobre o sujeito aos membros da direção, o que é chamado por Goffman (2007, p.31) de “violação da reserva de informação quanto ao eu”, de modo que “a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas.”

Se retomarmos a definição de Belkin (1976, p.198), para quem “*Information is that which is capable of transforming structure*”, tendo em vista a perspectiva de subjetivação presente nas práticas institucionais de uma IT, percebe-se que é grande a necessidade de controle informacional por parte da equipe dirigente sobre os internos. De outra forma seria bastante improvável conseguir a reconfiguração dos sujeitos cuja vida é submetida à administração da IT. Com um olhar mais preciso, Capurro e Hjørland (2007, p. 176) alertam que não se deve perceber a informação como um objeto mas é preciso buscar “os mecanismos subjetivos que são responsáveis pela discriminação, interpretação ou seleção”, e que constituem em conjunto a categoria informação.

Em outras palavras, a IT não é total apenas por seu fechamento espacial, por seus muros e grades, mas sobretudo pelas barreiras colocadas ao tráfego de informações, pelo controle, seja na produção de informações pelos internos, seja no seu acesso a informações vindas do mundo exterior.

Desse modo, as formas de socialização dos sujeitos reunidos em grupos com alto grau de isolamento são definidas também pela maneira como as informações a respeito de cada um possam circular. É nesse sentido que Goffman destaca a prática de confecção do dossiê a respeito de cada interno em uma IT, no momento de sua chegada. A equipe dirigente manipula o sujeito como objeto de sua ação subjetivadora e busca coletar informações variadas a seu respeito como ferramenta de controle:

Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado. Os processos de

admissão talvez pudessem ser denominados “arrumação” ou “programação”, pois ao ser “enquadrado”, o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina. (GOFFMAN, 2007, p.25)

Este processo de identificação minuciosa do interno se situa em um plano geral de atuação do estado no controle social. É o que nos mostra Costa (2005, p.3), ao analisar “a presença do fenômeno informacional na Casa de Correção da Corte, na Polícia e no Sistema Judiciário do século XIX”, no Rio de Janeiro, afirmando que o termo informação aparece já como “um dispositivo de controle social em favor de uma nova razão de Estado”.

A partir deste contexto mais amplo, portanto, é no interior da IT, na rotina de suas práticas de enquadramento e vigilância, que os internos vivem a experiência de se defrontarem com um mundo novo, ao qual precisam se adaptar. Como diz Wortmeyer (2007), “a socialização é um verdadeiro processo de aculturação, em que o indivíduo necessitará internalizar os valores, crenças, normas e práticas diversas que caracterizam um dado campo organizacional, alterando sua 'programação mental'.” Assim é que o ingresso em uma IT dá início ao que Goffman chama de processo de “mortificação do eu”. Os ritos de iniciação estabelecem testes de obediência em que o interno é levado a conhecer sua posição submissa na vida da organização. O despojamento de seus bens pessoais, o controle minucioso do tempo e das ações corriqueiras do interno, a maneira dura e, até mesmo infantilizante, com que a equipe dirigente pode se dirigir aos internos, são aspectos de uma tecnologia de poder institucional que busca desconstruir a auto-imagem do sujeito, seu sentimento interior de segurança quanto a seu papel social e *status*. Até mesmo o elemento mais fundamental de identificação do sujeito, o seu nome, pode ser ocupado e transformado pela IT: “qualquer que seja a maneira de ser chamado, a perda de nosso nome é uma grande mutilação do eu” (GOFFMAN, 2007, p.27).

O “circuito” é uma dessas técnicas explicitadas pelo autor e que se fundamenta no uso da informação a respeito do interno como elemento de definição das estratégias de enquadramento. No circuito o sujeito é apresentado a situações de mortificação, onde se espera que assuma uma posição de submissão ao poder normalizante da instituição. Caso sua reação seja de defesa, na tentativa de preservar suas concepções prévias, seu comportamento será registrado e utilizado como subsídio para novas investidas da equipe dirigente. Neste processo de realimentação e incessantes ataques, o sujeito percebe que na vida institucional não pode reagir da maneira que poderia fazer na vida social anterior. O cumprimento de uma ordem desagradável com uma expressão de deboche ou apatia estampada no rosto pode custar

uma séria repreensão e uma trajetória de ações de controle mais intensas. O sujeito pode tornar-se “alvo” e ser utilizado como exemplo para o enquadramento dos demais, até que sua noção de autonomia seja definitivamente abalada.

Dentro de uma lógica estabelecida pela instituição, onde os estímulos à submissão e aceitação dos objetivos institucionais são significativamente intensos, o sujeito interno é apresentado às regras da casa e conhece, após um período inicial de desestabilização, o “sistema de privilégios” (GOFFMAN, 2007, p.49), uma economia disciplinar muito pragmática, em que a obediência é recompensada com pequenos prêmios enquanto a desobediência é punida severamente com variados castigos. A partir de então o interno pode assumir táticas de adaptação que representam variados níveis de adesão à proposta oficial da instituição.

Na tática do “afastamento da situação” (GOFFMAN, 2007 p.59) o interno busca ignorar tudo o que acontece ao seu redor, voltando-se introspectivamente para um espaço interior que julga inviolável. A rotina das atividades e a necessidade de manter uma vida social mínima dentro da IT acaba por dificultar a manutenção desta prática por muito tempo. Uma segunda possibilidade é a “intransigência” (GOFFMAN, 2007, p.60), em que o interno demonstra abertamente sua negação em aceitar as normas impostas pela instituição. Neste caso a resposta da equipe dirigente é forte o bastante para que o intransigente mude rapidamente sua postura.

Outras duas formas ou táticas de adaptação do interno à vida no interior de uma IT são a colonização e a conversão (GOFFMAN, 2007, pp.60-61). No primeiro caso o sujeito percebe a vida na instituição como algo estável e consegue extrair daí o máximo de satisfação possível, na medida em que ao contrapor a experiência do mundo externo assume a vida institucional como mais vantajosa. No caso da conversão o sujeito procura corresponder plenamente às expectativas da instituição a seu respeito, comportando-se do modo mais próximo possível ao que é proposto pelas normas da instituição.

Nessas variadas formas de adaptação, que representam diferentes possibilidades de submissão ou imposição de resistência aos objetivos da IT, Goffman deixa entrever as nuances de um jogo em que a manifestação de comportamentos mais dóceis ou reativos em relação ao projeto normalizador de qualquer IT confere ao interno a condição de desfrutar algum conforto, na medida em que deixa de ser objeto de uma atenção mais pormenorizada da equipe controladora. A expressão de submissão, ainda que teatralizada, organizada com o objetivo único de evidenciar um enquadramento que de fato não foi assimilado pelo interno,

pode permitir algum espaço de preservação da intimidade do sujeito, exatamente por não ser visto pela instituição como uma ameaça. Portanto, podemos ainda acrescentar uma quinta maneira de adaptação do sujeito, que seria o exercício teatral de todas as funções e atividades que lhe são destinadas, buscando parecer aos dirigentes um sujeito colonizado ou convertido, e que na realidade rejeita o enquadramento a que é submetido mas, pragmaticamente, utiliza-se da geração de informação positiva a seu respeito para conseguir evitar maiores ataques institucionais. Assim, acaba por ser montado “o palco para um tipo de jogo de informação, um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas.” (GOFFMAN, 2008, p.17).

Todas essas técnicas de enquadramento e administração das respostas dos internos por parte da equipe dirigente tem por suposto o que Goffman (2007, p.80) chama de uma “teoria da natureza humana”. Ou seja, espera-se que o sujeito se ajuste a um modelo do tipo ação-reação que está implícito nas práticas cotidianas da IT. É assim que se verifica a “crença de que, se por ocasião do internamento, o novo internado for obrigado a mostrar uma extrema deferência diante da administração, será depois controlável” (GOFFMAN, 2007, p.81). Se por um lado o exercício das técnicas de enquadramento parte de uma leitura a respeito das possibilidades dos internos, por outro lado a resposta desses internos a essa leitura é que vai determinar a qualidade mais submissa ou refratária de seu processo de ajustamento. Assim, o autor elabora os conceitos de “ajustamentos primários” e “ajustamentos secundários”

Os ajustamentos primários referem-se ao comportamento do sujeito que colabora com a proposta institucional a seu respeito, buscando agir conforme as expectativas que lhe são impostas, na tentativa de “ser não mais e não menos do que aquilo para o qual foi preparado” (GOFFMAN, 2007, p.160). Já em relação aos ajustamentos secundários, o conceito é definido como:

“qualquer disposição habitual pela qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do eu que a instituição admite para ele. (GOFFMAN, 2007, p.160)

Note-se que diante da atividade de vigilância constante da equipe dirigente sobre os internos, os ajustamentos secundários só se tornam viáveis se o interno mostrar-se capaz de utilizar-se de informações da própria instituição em seu proveito, explorando contradições e

“áreas cegas”, onde se podem construir possibilidades de realização dos fins considerados ilícitos pela IT. Este aspecto da vida íntima de uma instituição chama a atenção do autor, que vai sugerir uma relação direta entre os esforços de administração do tempo dos internos por parte dos dirigentes e a profusão de ajustamentos secundários: “Os estabelecimentos que impõem que o participante 'viva lá dentro' presumivelmente terão uma vida íntima muito rica, pois, quanto maior o tempo programado pela organização, menor a probabilidade de uma programação eficiente” (GOFFMAN, 2007, p.170).

Detalhando ainda mais suas características, os ajustamentos secundários são classificados em dois grupos, os perturbadores e os contidos. Os ajustamentos secundários perturbadores são aqueles que consistem na tentativa do interno em afrontar radicalmente a estrutura da instituição ou mesmo escapar de seu domínio. Neste enfrentamento mais aguçado a rotina previsível da IT pode ser prejudicada, constituindo uma séria ameaça aos objetivos institucionais defendidos pela equipe dirigente. Os ajustamentos contidos, por sua vez, são aqueles que se permitem encaixar nas estruturas existentes, sem provocar grandes pressões para mudanças significativas. Evidentemente que ajustamentos perturbadores não fazem parte frequente da vida de uma IT, enquanto os contidos se manifestam como uma possibilidade real de criação de espaços de privacidade por parte dos internos.

Avançando na análise dos ajustamentos secundários contidos, o autor aponta para mecanismos pelos quais os internos conseguem se utilizar das práticas e normas da instituição em seu benefício. Um desses mecanismos é a “substituição”, por meio do qual um objeto disponibilizado aos internos com determinada finalidade é usado de maneira clandestina, buscando atingir outros fins que não os propostos pela instituição (cf. GOFFMAN, 2007, p.173).

Uma situação contemporânea típica é apresentada pela utilização de microcomputadores alocados na biblioteca de um colégio interno. Embora a perspectiva oficial para aqueles equipamentos seja permitir a pesquisa e consulta de documentos via internet, os internos podem buscar acesso de materiais não permitidos, fazer contato eletrônico com pessoas ou organizações que, em princípio, estariam vedadas aos internos. As diversas formas de desvio de finalidade dos equipamentos e utensílios comuns colocados à disposição dos internos revela, de certo modo, os limites da ação vigilante da IT. Presa ao discurso oficial, em relação ao qual se justifica a presença de certos objetos no interior da instituição, a equipe dirigente se vê impedida de agir com veemência para evitar estes ajustamentos secundários, uma vez que a exposição das contradições entre as práticas e o

discurso oficial pode ser extremamente ameaçadora à ordem interna da IT. Como afirma Benelli (2004, p.245):

Das práticas não-discursivas emergem concepções do objeto institucional e de quais são os meios e instrumentos utilizados para trabalhá-lo. Normalmente, essa teoria e técnica da prática (pois, “na prática a teoria é outra”) costumam estar em franca contradição e conflito com o discurso oficial.

Esta contradição entre as ações cotidianas e o discurso oficial impõe para a equipe dirigente a necessidade de controlar a circulação de informações entre os internos, na tentativa de esmaecer o conflito em meio a repetições discursivas que buscam se sobrepor às práticas. É o que aponta Goffman (2007, p.70): “(...) a contradição entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz constitui o contexto básico da atividade da equipe dirigente”. Nesta pesquisa tal contradição aparece no discurso comum de que *nada mudou*.

Assim, novamente nos damos conta de que, mesmo uma finalidade tão complexa da IT, a formação da subjetividade dos internos, depende intimamente da maneira como os internos podem obter informações quanto a essas duas ordens de discurso, o oficial e o não-dito.

Novamente recorremos a Benelli (2004, p.245):

Consideramos a subjetividade como uma produção eminentemente social e, portanto, coletiva. No contexto institucional, ela é produzida na intersecção das práticas discursivas (imaginárias e simbólicas) e das práticas não-discursivas. Podemos dizer que o discurso subjetiva tanto quanto as práticas. Geralmente, o discurso oficial se apresenta lacunar (ideológico) e as práticas trazem embutidas, nas suas próprias condições de possibilidade, um outro discurso que, apesar de não-dito, é perfeitamente visível e extremamente efetivo quanto à produção de subjetividade.

Embora não utilize o conceito de subjetividade à época de seus estudos, Goffman aborda o que chama de “eu” do interno, o que permite perceber traços marcantes de análise da subjetividade em seu trabalho. Desse modo é que destaca a profundidade com que as interações promovidas pela instituição afetam o sujeito:

(...) o eu pode ser visto como algo que se insere nas disposições que um sistema social estabelece para seus participantes. Neste sentido, o eu não é uma propriedade da pessoa a que é atribuído, mas reside no padrão de controle social que é exercido pela pessoa e por aqueles que a cercam. Pode-se dizer que este tipo de disposição social não apenas apóia, mas constitui o eu. (GOFFMAN, 2007)

Em função da exposição normalizadora a que é submetido, onde a vigilância escalonada por parte dos membros da equipe dirigente procura dificultar as possibilidades do interno agir de forma não programada pela instituição, surge na vida íntima do grupo de internos a necessidade de criar espaços livres de controle. Locais que possam ser um verdadeiro território pessoal, “local de refúgio, em que o indivíduo se sente tão protegido e satisfeito quanto isso seja possível no ambiente” (GOFFMAN, 2007, p.200). A urgência em se buscar tais espaços revela a tentativa de enfrentar o processo de enquadramento e formação da subjetividade do qual o interno é objeto. Uma reação política, no limite das condições disponíveis ao interno, no sentido de manter a possibilidade de outros discursos e a percepção de outras experiências, que possam melhor interagir com seu modo de ser, suas convicções ainda não desconstruídas pela Instituição Total.

3.3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO E SUAS POSSIBILIDADES

Neste ponto é importante salientar que o sentido de segurança e a satisfação encontrados pelo interno em seu local de refúgio pode ganhar uma nova dimensão diante das alternativas apresentadas pelas tecnologias da informação. O uso de equipamentos como aparelhos celulares, acesso à internet, entre outros, expande a capacidade de comunicação e interação, apesar das barreiras físicas que são objetivamente criadas pela IT. Abre-se de maneira bastante clara a oportunidade de criação de espaços seguros dentro das ITs, e que não são necessariamente espaços geográficos, mas um ciberespaço. Como afirma Lévy (2007, p.126), “os seres humanos não habitam apenas o espaço físico ou geométrico, vivem também, e simultaneamente, em espaços afetivos, estéticos, sociais, históricos: espaços de significação, em geral.”

Considerando uma determinada amplitude de articulações que os internos podem sustentar apoiados por estes recursos tecnológicos, pode-se observar a adequação do conceito

de rede social para tipificar os fenômenos que serão aqui investigados. Nas palavras de Marteleto (2001, p.72)

Entre as diversas significações que “rede” (network) vem adquirindo, apesar de não se limitar somente a elas, servem ao propósito deste artigo as seguintes: sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede. A rede social, derivando deste conceito, passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados.

Ressalte-se ainda que “a organização social em redes já existia em outros tempos e espaços” (SUGAHARA e VERGUEIRO, 2010, p.104), mas a dinamização propiciada pelas ferramentas tecnológicas é particularmente interessante no caso das instituições que pretendem o isolamento dos sujeitos. Marteleto (2001, p.72) também destaca claramente como o entendimento das redes sociais ajuda a compreender a constituição dos comportamentos, elemento central da atividade numa IT:

A análise de redes estabelece um novo paradigma na pesquisa sobre a estrutura social. Para estudar como os comportamentos ou as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais eles se inserem, a unidade de análise não são os atributos individuais (classe, sexo, idade, gênero), mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros.

É nesse sentido, então, que se pode pensar a importância do acesso à informação para os que vivem a condição de internos a uma IT. Sugahara e Vergueiro (2010, p.107) retomam Tálamo (2004) dizendo:

A informação e o conhecimento dão dinamismo às redes sociais, Tálamo (2004) afirma que a informação como fluxo, funciona para o sujeito como troca com o mundo exterior, o que lhe confere seu caráter social. A informação quando “assimilada, interiorizada e processada por um sujeito específico é a base para sua integração no mundo, propiciando ajustes contínuos entre o mundo interior e o mundo exterior.”

Também Barreto (1998, p.122) demonstra percepção semelhante: “(...) o fluxo de informação que, mediante processos de comunicação, realiza a intencionalidade do fenômeno da informação, não almeja somente uma passagem. Ao atingir o público a que se destina deve

promover uma alteração.” As diferentes intensidades com que estes fluxos de informação podem se dar acabam determinando as fronteiras daquilo que o sujeito pode conhecer, delimitando o terreno sobre o qual pode constituir sua subjetividade. Novamente é a Marteleto (2007) que recorreremos para que fique clara essa conexão entre informação e conhecimento:

Num encadeamento didático dos conceitos de informação-conhecimento-saber, a informação estaria situada num primeiro grau do processo de apropriação, expressão e sistematização dos significados, enquanto o conhecimento corresponde a um grau mais internalizado desse mesmo processo, o de produção de sentidos sobre as coisas e o mundo.

Neste contínuo processo de se fazer sujeito dentro de uma IT, o interno precisa reafirmar seguidamente suas decisões, suas escolhas. E para isso é fundamental o modo como pode enxergar o mundo ao seu redor. Gondar (2006, p.108) nos ajuda a esclarecer este processo de subjetivação:

Quando se fala em ser, em estágios de desenvolvimento, em construção de subjetividade, o tempo em questão está sempre no gerúndio: ser não é apenas existir, é seguir sendo, é o processo através do qual, sem nenhuma pressa ou nenhum dever, algumas potencialidades vão se desdobrando, se atualizando, ganhando forma.

Goffman também já indicava perceber a variabilidade do grau de fechamento de cada IT em relação à sociedade em geral, apontando para a conseqüente limitação na possibilidade de diferenciar os sujeitos internos em relação ao mundo exterior:

Outra dimensão da variação entre instituições totais é o que poderia ser denominado sua permeabilidade, isto é, o grau em que os padrões sociais mantidos no interior da instituição e na sociedade-ambiente se influenciam mutuamente, e cuja conseqüência é uma redução de diferenças. Este problema, diga-se de passagem, dá uma oportunidade para considerar algumas das relações dinâmicas entre uma instituição total e a sociedade mais ampla que a mantém ou que a tolera. (GOFFMAN, 2007, p.104)

O que aparece como um desafio contemporâneo à estrutura típica das ITs, portanto, é o surgimento de um espaço virtual, alicerçado em componentes tecnológicos que permitem intensos fluxos de informação nas mais diversas direções, fragilizando a proposta de

isolamento dos internos e, além disso, criando dificuldades de controle e enquadramento por parte dos dirigentes.

Retomando as expressões da concepção de Goffman (2007, p.105): “para a manutenção de moral e estabilidade, parece haver necessidade de certa impermeabilidade num estabelecimento”, o que implica que “a permeabilidade de uma instituição total pode ter consequências variáveis para seu funcionamento interno e sua coesão” (GOFFMAN, 2007, p.106).

A inserção dos membros destas instituições no mundo tecnológico virtual descortina novas questões, evidenciando a quase impossibilidade de se garantir alto grau de isolamento dos internos. Santaella (2007) nos fala dessas possibilidades:

O universo virtual das redes alastrou-se exponencialmente por todo o planeta fazendo emergir um universo paralelo ao universo físico no qual nosso corpo se move.[...] Onde está o ciberespaço? Não há resposta fácil para essa pergunta. [...] Consiste de uma realidade multidirecional, artificial ou virtual incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração e acesso. Nessa realidade, da qual cada computador é uma janela, os objetos vistos e ouvidos não são nem físicos nem, necessariamente, representações de objetos físicos, mas têm a forma, caráter e ação de dados, informação pura. (SANTAELLA, 2007, p.39)

A disponibilidade de recursos tecnológicos para acesso a informações do mundo exterior e o envio de mensagens longe do controle da equipe dirigente faz com que certas ITs, como escolas em regime de internato, assistam à extrapolação dos sistemas de informação criados pelos internos e até então chamados por Goffman de ocultos: “aparentemente, os sistemas ocultos de informação constituem um aspecto universal das instituições totais” (GOFFMAN, 2007, p.210).

Ao se pensar a estrutura das ITs em relação ao mundo articulado em redes sociais, percebe-se a importância da restrição no aparecimento de pontes entre os internos e grupos estranhos à instituição. O que a popularização do uso de computadores e acesso à internet vem fazendo é a proliferação destas pontes. Tais sistemas, ações e mecanismos de informação passam a fazer parte da rotina das ITs, e o acesso dos internos a este mundo virtual é potencialmente mais ameaçador à perspectiva institucional de manutenção do seu equilíbrio interno.

Em seu estudo acerca da influência do uso das tecnologias da informação em embarcações da marinha norte-americana, analisadas pela perspectiva das ITs, Beckman e

Stanko (2008, pp.16-17) não deixam dúvidas quanto à profundidade das mudanças que os tripulantes daqueles navios sofrem:

Nós nos perguntamos como o uso das tecnologias da informação podem romper com os controles organizacionais em uma instituição total, a Marinha. Nossa pesquisa sugere que elementos centrais para a manutenção do controle em uma instituição total foram transformados por estas tecnologias. Nós vemos a atividade organizacional regularmente interrompida por e-mails pessoais e, apesar da separação física permanecer, o isolamento social foi drasticamente reduzido.

(...) as tecnologias da informação permitem aos marinheiros *construir múltiplas identidades, exercer a autonomia pessoal e, psicologicamente, se retirarem da instituição total.*(tradução e grifo nosso)

Ao tempo dos ensaios de Goffman o controle informacional certamente estabelecia uma condição de fragilidade dos internos face à equipe dirigente, uma vez que diante da incerteza do que lhes podia acontecer “a informação se torna um bem decisivo, e quem pode transmiti-la está numa posição favorável nos sistemas de intercâmbio social e econômico” (GOFFMAN, 2007, p.232). Na realidade contemporânea do mundo virtual e do ciberespaço essa fragilidade é diminuída sensivelmente. Em alguns casos, possivelmente, os internos podem se sobressair na habilidade técnica de navegar e estabelecer relações pela internet, adiantando-se em relação aos planejamentos e ensaios da instituição, modificando a balança de poder entre internos e a equipe dirigente.

3.4 INSTITUIÇÃO TOTAL E FORÇAS ARMADAS

Ao delimitarmos o conceito de Instituição Total vimos que existe uma vasta gama de instituições que podem, segundo o próprio Goffman, ser observadas sob este prisma. Em meio a esta variedade, que inclui presídios e manicômios, conventos e seminários religiosos, escolas de internato e quartéis de exército, é preciso investigar a adequação de tal conceito ao estudo de uma academia militar, com todas as suas especificidades.

Sem perder de vista a proposta do autor de construir um tipo ideal (GOFFMAN, 2007, p.17), a análise de um caso particular implica a adoção de uma medida precisa, que não exija da conceituação mais do que esta pretende, nem deixe escapar as incompatibilidades concretas que se possam revelar. Propondo cautela e um olhar crítico e flexível, Goffman esclarece:

Antes de tentar extrair um perfil geral dessa lista de estabelecimentos, gostaria de mencionar um problema conceitual: nenhum dos elementos que irei descrever parece peculiar às instituições totais, e nenhum parece compartilhado por todas elas; o que distingue as instituições totais é o fato de cada uma delas apresentar, em grau intenso, muitos itens dessa família de atributos. Ao falar de “características comuns”, usarei a frase de uma forma limitada, mas que me parece logicamente defensável. Ao mesmo tempo, isso permite usar o método de tipos ideais, através do estabelecimento de aspectos comuns, com a esperança de posteriormente esclarecer diferenças significativas (GOFFMAN, 2007, p.17)

A literatura que trata especificamente da articulação teórica entre instituições militares e o conceito de IT não é muito ampla. Há trabalhos dedicados à investigação de instituições policiais, como ocorre com Silva (2002), análise das relações matrimoniais entre militares americanos em Lundquist (2004), pesquisas que abordam o isolamento de militares em campanha, como o trabalho de Beckman e Stanko (2008), a respeito da marinha norte-americana. Já Carvalho (2005) apresenta uma perspectiva bastante clara a respeito da aproximação do conceito de Goffman com as instituições militares, destacando que a percepção dos aspectos internos à vida militar são de extrema importância para a compreensão da participação militar na vida política brasileira, uma vez que nessas instituições ocorre uma “radical transformação de personalidade” de seus membros (CARVALHO, 2005, p.13)

Apesar destes trabalhos recentes utilizarem-se da construção teórica instituição total na observação de instituições militares, é a partir do próprio Goffman (2007), no entanto, que podemos desenvolver uma percepção mais apurada do tema.

Logo na introdução do conceito de IT, o autor faz o agrupamento das instituições totais presentes na sociedade de sua época em cinco blocos, sendo que no quarto grupo estariam aquelas cujo objetivo é “realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas (...)” (GOFFMAN, 2007, p.17). De modo muito claro, o autor estipula uma relação fundamental entre as possibilidades de realização de certa tarefa de maneira eficaz e a adoção dos instrumentos de controle típicos da IT, o que supõe, certamente, uma decisão *a priori*, no sentido de confirmar a configuração IT como modelo a ser construído em determinada instituição. Nesta perspectiva, então, o simples rigor da hierarquia militar, fazendo com que a tomada de decisões estratégicas se concentre indiscutivelmente no topo, torna possível a uma instituição militar ser compreendida como um projeto de construção de uma IT sempre que o escalão superior estabeleça o uso de tais instrumentos de controle.

Dando outras mostras das aproximações entre o conceito de IT e instituições militares, aparece em Goffman (2007) o exemplo da Força Aérea Britânica, citado para ilustrar a incompatibilidade entre as ITs e a lógica de remuneração da sociedade industrial (GOFFMAN, 2007, p.21), expondo os limites de um ambiente onde não há qualquer recompensa para a realização de trabalho em maior quantidade ou melhor qualidade. Mais adiante, realiza “a descrição de vida de cadete numa academia militar” (GOFFMAN, 2007, p.24), com o objetivo de exemplificar a separação imposta pela IT entre o interno e o mundo exterior. Neste último caso, é interessante notar que a vida do cadete aparece como típica de um dos principais processos levados adiante pela IT: a desestruturação da auto-percepção do sujeito no momento do início de sua vida institucional.

O autor torna repetidas vezes a fazer referências diretas a casos militares de IT ao longo de todo o livro *Manicômios, Prisões e Conventos*. É o que se nota no trecho em que discorre sobre o processo de imposição da autoridade da equipe dirigente, citando um episódio ocorrido em um alojamento de soldados, onde um militar superior hierárquico usa sua posição de forma abusiva para impor aos subalternos o compromisso com a obediência (GOFFMAN, 2007, p.39). Outro caso se dá na referência a um episódio típico de adaptação dos internos pela conversão, onde “evidentemente, nos campos de treinamento de oficiais, encontramos convocados que logo se tornam ‘oficiais convictos’, e aceitam uma forma de tormento que logo serão capazes de infligir a outros” (GOFFMAN, 2007, p.61).

Apesar das várias alusões de Goffman a episódios ocorridos em quartelamentos das forças armadas, alojamentos e academias militares, não há consenso quanto à pertinência do uso do conceito de IT para a abordagem de tais instituições. A restrição mais direta a essa forma de construção teórica parte de Castro (2007), que aponta diversos aspectos que tornariam equivocada a aproximação entre Goffman e as instituições militares, particularmente no que se refere às academias militares, alertando para o equívoco de se deixar levar pelas “várias semelhanças formais” (CASTRO, 2007, p.3).

Em primeiro lugar, na visão de Castro, a separação entre a equipe dirigente e o grupo dos internos (fenômeno básico da estruturação de uma IT) não existiria. A diferença entre oficiais e cadetes numa academia militar seria apenas de grau hierárquico e não de qualidade, uma vez que os cadetes estão em formação para tornarem-se oficiais. O que vale dizer, por outro lado, que grande parte dos oficiais da equipe dirigente também foi cadete no passado.

Além do mais, referindo-se aos seus estudos antropológicos desenvolvidos na AMAN, que forma os oficiais da linha bélica² do Exército Brasileiro, afirma que “a comunicação informal e o estabelecimento de relações afetivas entre cadetes e oficiais são crescentemente estimulados ao longo do curso” (CASTRO, 2007, p.3), o que deveria contrariar as premissas de Goffman.

No que diz respeito a estes aspectos, se considerarmos a ação institucional no exato momento em que acontece, ou seja, se restringirmos nossa observação aos fenômenos de interação social que ocupam lugar determinado no espaço e no tempo, perceberemos que o distanciamento entre oficiais e cadetes é mais do que formal. É o que mostra Wortmeyer:

O relacionamento estabelecido pelos sujeitos com os agentes de socialização, os quais são seus superiores hierárquicos na organização, é percebido como distante e ameaçador ao longo de todo o processo, com raras situações de exceção. No início da formação, o contato com os agentes de socialização é normalmente marcado pelo medo, derivado da percepção da possibilidade de aplicação de punições pelo oficial, e provoca diversas atitudes defensivas por parte dos novatos. Ao final da formação, o quadro apresentado é de desconfiança. Os cadetes do 4º ano (...) sentem-se frustrados na expectativa de uma maior aproximação dos agentes de socialização ao final do processo, pois gostariam de ser tratados como futuros colegas de trabalho (WORTMEYER, 2007, p.289)

Fica evidente não só um distanciamento significativo entre os grupos como também uma disparidade absoluta nas relações de poder entre os sujeitos dos dois grupos. O exercício da imposição da disciplina e a afirmação da hierarquia, com a consequente submissão do mais novato (moderno) ao mais antigo, é realizado de tal forma que se espera do cadete a assimilação deste olhar hierarquizado por toda a vida. Conforme Wortmeyer (2007, p.280): “os jovens chegam ao final da formação com a concepção de que ser disciplinado faz parte de sua identidade como militares”.

É possível ainda dizer que a afirmação da diferença entre os dois grupos, oficiais e cadetes, se oferece como estímulo ao cadete na busca pela superação das dificuldades no decorrer de seu curso de formação. A visão que o cadete faz do oficial, como exemplo do que poderá vir a ser, do modo de vida que poderá ter, age como um reforço para assumir o papel de submissão que lhe é proposto pela instituição. É o que nos diz o próprio Castro, citado por Wortmeyer: “Castro identificou que os oficiais instrutores representam para os cadetes

²A expressão “linha bélica” se presta a diferenciar os oficiais cuja função é diretamente voltada para as atividades de guerra, em relação às diferentes linhas de ensino do Exército Brasileiro, que incluem a linha científico-tecnológica, de saúde e complementar. A linha bélica é representada pela Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico. (cf.decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999)

exemplos de um vir-a-ser, e que estes classificam os oficiais como “líderes” ou “não-líderes”, fazendo referência à identificação ou não identificação estabelecida.” (CASTRO, 2004b, p.40, apud WORTMEYER, 2007, 69).

No que se refere ao estímulo para o contato entre oficiais e cadetes, é o próprio Goffman quem deixa perceber o quanto isso pode ser comum em uma IT, e não uma anomalia comprometedora:

(...) toda instituição total parece criar um conjunto de práticas institucionalizadas – seja espontaneamente, seja por imitação – através das quais os internados e a equipe dirigente chegam a ficar suficientemente perto para ter uma imagem um pouco mais favorável do outro, e a identificar-se com a situação do outro. Tais práticas exprimem solidariedade, unidade, e compromisso conjunto com relação à instituição, e não diferenças entre os dois níveis. (GOFFMAN, 2007, p.85)

Ou seja, há momentos de afirmação da autoridade da equipe dirigente sobre os internos e há momentos em que internos e dirigentes se colocam lado a lado na representação de seu compromisso com a vida institucional. A aproximação entre os grupos se manifesta na exposição da adesão de ambas as partes aos objetivos da instituição.

Inserida neste contexto próprio às ITs, uma academia militar, marcada pelo trabalho pedagógico de formação intelectual e moral, voltado para a preparação dos novos comandantes e a reprodução institucional³, evidencia a necessidade de criação e manutenção destes laços de comprometimento institucional entre as gerações de militares.

Assim, mais relevante que simplesmente impor barreiras à comunicação entre equipe dirigente e internos, Goffman considera que controlar estes processos de comunicação é uma das principais ferramentas de vigilância usada pela equipe dirigente (GOFFMAN, 2007, p.19).

Outra objeção levantada por Castro (2007) diz respeito ao objetivo mais íntimo da instituição total:

Goffman também deixa claro (pp. 23-24) que, nas instituições totais, não se busca uma “vitória cultural” sobre o internado, mas a manutenção de uma tensão entre seu mundo doméstico e o mundo institucional. Essa tensão persistente é usada como “uma força estratégica no controle de homens” (p..24). Numa academia militar busca-se justamente uma “vitória cultural” e não criar uma “tensão persistente”: a academia é claramente vista como um local de passagem, um estágio a ser superado. (CASTRO, 2007, p. 3)

³Ver missão da AMAN, www.aman.eb.ensino.br

Aqui é preciso observar com cuidado o que Goffman (2007) diz a respeito da “vitória cultural’ sobre o interno. Retomando a passagem de *Manicômios, prisões e conventos* citada por Castro, desde o seu início, temos:

Para o internado, o sentido completo de estar “dentro” não existe independentemente do sentido específico que para ele tem “sair” ou “ir para fora”. Neste sentido, as instituições totais realmente não procuram uma vitória cultural. Criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens. (GOFFMAN, 2007, pp. 23-24)

O que Goffman está explicitando é a proposta da IT em manter bem demarcada uma distinção entre a realidade social no interior da instituição e a vida doméstica, o mundo particular do interno. Em outras palavras, não se pretende fazer com que o interno assuma a realidade vivida no contexto institucional como se ali fosse “sua casa”. Pelo contrário, é necessário que o sujeito tenha em mente a noção clara de seu papel institucional, dos limites disciplinares a que está submetido e das estruturas de poder às quais deve submeter-se.

Esta tensão permanentemente mantida no ambiente militar, por meio da percepção dos mecanismos disciplinares que lhe são característicos, estabelece uma das construções fundamentais na própria definição da identidade que os militares atribuem a si mesmos. A separação entre o mundo “paisano”, correspondente aos civis, e o mundo militar, é lembrada por diferentes autores. Retomamos a citação de Leirner (1997, p.72), já feita anteriormente neste projeto:

Cotidianamente existe uma distinção entre “nós-militares” e “eles-paisanos” comumente aplicada quando se está apenas entre esses “nós”. Ela se manifesta cada vez que é solicitado um guia de referência que estabeleça uma demarcação entre os dois mundos, aquele com o qual alguém se identifica e o outro que é identificado por *contraste*, formando-se assim uma *identidade contrastiva*.

O que se nota é que o sujeito militar ancora seu processo de auto-identificação com base na manutenção constante de uma diferenciação entre o mundo institucional em que passa a viver e o mundo civil de onde veio. É o que diz Wortmeyer (2007, p.30) ao perceber o processo histórico de institucionalização da cultura que também constitui a “identidade social dos indivíduos” Como sugere o mesmo Castro (2004a, p.80), ninguém nasce militar mas assume essa condição por meio de uma complexa elaboração subjetiva, marcada por uma transição intensa de um mundo civil para outro militar.

Além destas objeções, Castro faz uma terceira colocação quanto à aproximação de Goffman com o tema militar. Ressalta que as instituições consideradas totais referem-se principalmente a estabelecimentos onde o interno é inserido compulsoriamente, enquanto numa academia militar a entrada é voluntária, assim como a permanência pode ser interrompida a qualquer momento pelo próprio interno, desde que peça seu desligamento (CASTRO, 2007, p.3).

Primeiramente, a própria ideia de voluntariado poderia ser problematizada, na medida em que assumir uma plena liberdade de escolha por parte do sujeito seria desconsiderar toda a ação subjetivadora a que o interno está submetido. A impossibilidade da autonomia absoluta do sujeito, uma vez que inserido numa relação imaginária com o mundo, determinando-lhe os limites do ser, agir e pensar, é explorada fartamente por Mariani (2003, p.62). A autora revela ainda a dificuldade do sujeito perceber sua inserção no plano de um discurso já elaborado, que lhe antecede, e por isso mesmo se oculta no outro da linguagem e da historicidade, de modo que não se consegue tomar ciência do processo em que está inserido.

Tomando em conta, portanto, a sujeição a que o sujeito está submetido, fica bastante relativizada a distinção entre adesão voluntária e compulsória a uma instituição. Ainda que na aparência de voluntariado, McNamee (2008) mostra que a participação em certa instituição pode se dar sob complexas e mesmo contraditórias forças de atração, que se colocam muito além do que o sujeito poderia superar por uma “decisão autônoma”.

De forma mais simples, porém, apontamos para Goffman, que deixa explícito não haver qualquer restrição quanto à classificação de instituições voluntárias na categoria IT. Comentando a citação que faz acerca da vida de um cadete em uma academia militar, comenta que na condição de voluntário o interno já apresentava o crepúsculo de relações sociais que a instituição apenas vai encerrar (GOFFMAN, 2007, p.25). Significa, então, que a diferença entre o sujeito que se voluntaria e o sujeito compulsado a tomar parte da instituição se encontra no ponto de partida, não comprometendo o desenrolar do projeto institucional para seus internos. Em outro momento, Goffman deixa esta questão ainda mais clara, afirmando que “os novatos entram nas instituições totais com diferentes estados de ânimo” (GOFFMAN, 2007, p.103). Fazendo uma escala entre os extremos do completamente involuntário de um lado, e daqueles “que se julgam chamados”, por outro lado, sugere que escolas de formação de oficiais podem ser colocadas, em alguns casos, no extremo do completo voluntariado. Tal categorização em nada desqualifica estas escolas como instituições totais, o que leva o autor a concluir que “evidentemente, nas instituições totais

aparecerão diferenças significativas de tom, o que depende do fato de o recrutamento ser voluntário, semivoluntário ou involuntário” (GOFFMAN, 2007, p.104)

Em decorrência desta abertura, há de se lembrar novamente a ampla variação proposta pelo autor para os casos que podem ser analisados como uma IT. Avaliando uma situação entre diversas causas que levam o sujeito a adentrar em uma IT, afirma que “as pessoas podem voluntariamente decidir entrar para uma instituição total e, a partir de então, podem lamentar a perda da possibilidade de tomar decisões importantes” e continua o raciocínio: “em outros casos, principalmente entre os religiosos, os internados podem partir de um desejo voluntário de perder a decisão pessoal, e manter esse desejo” (GOFFMAN, 2007, p.48).

Por fim, vale salientar o deslocamento conceitual proposto por Castro (2007) ao sugerir o uso do termo instituição totalizante em lugar de instituição total. Esta pequena sutileza se justificaria por melhor indicar uma característica marcante da vida militar, a preeminência da coletividade sobre os indivíduos. Em que pesem os depoimentos apresentados de cadetes do Exército de duas décadas atrás, confirmando seu sentimento de pertencimento a um grande organismo social, pesquisas mais recentes permitem antever processos peculiares de socialização no interior da AMAN. Sem negar a forte consolidação do espírito de corpo nas escolas militares, o comportamento individual do militar, objeto passível de controle pela ação subjetivadora da instituição, parece ser a necessidade mais urgente da formação na academia do Exército:

(...) conforme demonstraram extensamente os estudos sobre a psicologia das massas, podem ser desencadeados diversos fenômenos, como a diluição do senso de identidade e responsabilidade individual na multidão, que abre a possibilidade do anonimato. Parece-nos ser esta a explicação para o fato observado pelos tenentes, em grupo focal, de que os cadetes tendem a ser indisciplinados, na ausência de fiscalização, quando se encontram em situação indiferenciada entre seus pares. Todavia, quando tratados individualmente, os sujeitos recuperam seu senso de identidade própria e tendem a comportar-se de forma disciplinada, o que se confirma com base nos dados qualitativos coletados junto a oficiais e cadetes. (WORTMEYER, 2007, p. 282)

Assim, parece dispensável promover tal ajustamento terminológico ao conceito de instituição total quando de sua aplicação a instituições militares, pois não oferece qualquer vantagem significativa, confundindo a proposta conceitual e ressaltando o que já fora iluminado por Goffman. Até mesmo porque, ao se construir como um tipo ideal, o conceito se permite aderir a processos institucionais totalizantes de diferentes níveis em variadas direções, conforme já demonstrado largamente na discussão acerca dos ajustamentos secundários (GOFFMAN, 2007).

4 MARCO EMPÍRICO – A AMAN EM SEU CONTEXTO INFORMACIONAL

4.1 HISTÓRICO DA AMAN

As configurações estruturais que colocam a Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN como um caso típico de instituição total podem ser observadas na rotina das atividades pedagógicas desta escola e na formalidade de seus regulamentos. Embora seja imprescindível lançar o olhar para os procedimentos atualmente desenvolvidos na AMAN no que se refere ao trato da informação como elemento de fundamental ligação entre os mundos interno e externo, da equipe dirigente e dos internos, a caracterização desta instituição não se limita à análise de seu cotidiano. Percorrer o caminho que leva ao encontro de suas raízes, de sua condição histórica, situada no tempo e em diálogo constante com as engrenagens da vida social brasileira, é o passo com que se inicia este capítulo. Muito longe vai a pretensão de se desenrolar uma história narrativa dos eventos marcantes da vida acadêmica. O que se espera é fazer uma leitura crítica das forças condicionantes que marcaram a gênese deste estabelecimento na década de 1940. Investigar a concepção dos condutores do processo de criação deste estabelecimento de ensino quanto às necessidades que deveriam ser atendidas pelo projeto, sua finalidade precípua e os mecanismos a serem empregados para a construção de instituição tão peculiar são os propósitos das próximas linhas.

A AMAN é a única escola de formação dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro naquilo que hoje é chamado de linha bélica, ou seja, os oficiais diretamente voltados para a condução de ações de combate em caso de guerra. Nesta academia, portanto, formam-se jovens oficiais dentre os quais, um dia, algum deles será o comandante do Exército. Esta ligação inequívoca entre a base da estrutura de comando da força terrestre, os tenentes que comandam pelotões de cerca de 30 militares, e os generais de exército que comandam todo o Exército, com pouco menos de 200.000 militares, faz desta escola um elo entre gerações, o encontro e a transição entre passado e futuro, o órgão central da reprodução do estado afetivo, da vida moral e subjetiva dos militares enquanto categoria.

Embora carregue a denominação histórica de Real Academia Militar – 1811, em alusão ao início do processo de formação de oficiais do exército no país, não há maiores semelhanças entre a academia do presente e as escolas que lhe antecederam. Inaugurada em 1944, em plena segunda guerra mundial, a AMAN simboliza um marco na evolução institucional do Exército.

A própria escolha de sua construção na cidade de Resende, interior do Rio de Janeiro, explicita uma perspectiva muito clara do que se pretendia como perspectiva futura para o

Exército. Ao suceder a antiga Escola do Realengo, localizada na capital da república, marcada pelo envolvimento de alunos e oficiais nas lutas políticas de 1922, se concretizava a opção pelo afastamento cada vez maior da juventude militar em relação aos centros políticos do país.

Para Motta (1998) o levante de 1922 produziria claramente a formação de uma bipolaridade dentro do Exército, no que trata da condução política da organização. De um lado estariam aqueles mais conservadores que pretendiam o aperfeiçoamento técnico-profissional acompanhado pelo afastamento das questões políticas, de modo a constituir a força armada como elemento puramente legalista. De outro lado havia os que “sensibilizavam-se ante a agitação da cena política, faziam-se cruzados de reformas mais ou menos profundas na vida pública brasileira” (MOTTA, 1998, p.224).

As diversas revoltas, manifestações e motins ocorridos naquele período explicitam de forma enfática o teor das preocupações que compunham o ambiente militar das décadas de 1920 a 1940. É o que nos mostra Carvalho (2005, p. 65), ao comentar os 75 movimentos⁴ militares originados no Exército no período entre 1930 e 1945. Se no período entre 1930 e 1939 houve uma média de nove movimentos por ano, no período entre 1940 e 1945 este índice cai para apenas um.

Numa análise sucinta dessas fissuras que se faziam perceber dentro do Exército no início do século XX, Carvalho (2005) estabelece a natureza das principais divisões. Ampliando a perspectiva de Motta (1998), o autor lembra as fraturas existentes entre o universo das praças (soldados e sargentos) e a realidade dos oficiais:

Pelo menos duas grandes clivagens percorriam a organização: uma horizontal, separando praças de oficiais; outra vertical, separando os intervencionistas reformistas dos neutralistas, esses em geral mais conservadores. A primeira era estrutural, parte do modelo de organização militar adotado. (...) A segunda era ideológica e dividia principalmente os oficiais. Correspondia a modelos distintos de relações entre Exército e política. (CARVALHO, 2005, p.73)

Apesar destas questões, a redução profunda das manifestações de indisciplina dos quadros militares revelaria a acomodação interna das questões políticas que vinham agitando a caserna numa onda crescente, desde a proclamação da República. É nesse sentido, também, que se manifesta Coelho (2000), ao perceber a importância crucial do sentimento predominante no Exército de *ameaça comunista*:

O Estado Novo constituiu uma fase decisiva na evolução do Exército e teve consequências duradouras. A Intentona Comunista fechou o ciclo dos

⁴Classificados pelo autor como agitações, protestos e revoltas, excluindo-se pequenas indisciplinas e atritos individuais, bem como a revolução de 1932 e outros 19 movimentos não originados no Exército.

pronunciamentos isolados de guarnições e corpos do Exército. A organização militar atingira o grau de complexidade a partir do qual qualquer ação haveria de requerer o concurso de unidades com funções de tal maneira interdependentes que só o controle de órgãos centrais de coordenação, tais como os estados-maiores, seria capaz de garantir condições de sucesso. A esta solidariedade orgânica sobrepôs-se, durante o Estado Novo – e pela primeira vez na história do Exército – uma doutrina definidora do papel da organização militar na sociedade brasileira. (COELHO, 2000, p.122)

Os episódios da coluna Prestes, em 1925, e da Intentona Comunista dez anos mais tarde, fariam os oficiais convergirem para posições mais conservadoras. E esta acomodação, por sua vez, evidenciava a percepção dos militares quanto à profundidade e significação de suas próprias demandas. O desfecho dos embates entre diferentes facções na disputa pelo controle da organização representava, ao mesmo tempo, a idéia de que temas de maior relevância para a vida da organização deveriam se sobrepôr aos particularismos. Como diz Coelho (2000, p.124) ao observar aquele momento histórico, “as divergências internas nunca significaram o abandono de certas concepções relativas à finalidade do Exército, ao seu papel na sociedade e à natureza de suas relações com o setor civil”.

A imposição do modelo mais elitista e disciplinado, numa tentativa de afastar por completo as ameaças de envolvimento dos militares em aventuras políticas, acontecia, portanto, de acordo com a visão dos oficiais mais conservadores, que identificavam a *contaminação* vinda do mundo externo como causa dos levantes em quartéis. Para esse oficiais, que eram maioria, o relacionamento ideal da instituição militar com a sociedade “era o oposto da abertura, era o isolamento do Exército, sua imunização contra a política, isto é, contra o contágio de qualquer tipo de conflito externo” (CARVALHO, 2005, p.79).

No dizer de Coelho (2000, p. 95), havia uma espécie de idealização a respeito da natureza dos homens e das instituições por parte daqueles que consideravam plenamente possível um Exército apolítico e voltado, apenas tecnicamente, aos ditames da defesa externa. Mas, ainda assim, era preciso superar as fragilidades desenhadas no seio da organização ao longo de décadas de interferências políticas de toda sorte. Assim, no entendimento de Coelho (2000, pp.113, 114), o “Estado Novo não fora instituído para favorecer as classes militares, mas para organizá-las, livrá-las das incursões do partidarismo político, aparelhá-las, discipliná-las espiritualmente para seu imenso e árduo labor técnico”.

As palavras do marechal José Pessoa, militar de grande influência política no Estado Novo, irmão de João Pessoa, candidato a vice-presidente de Vargas que fora assassinado em 1930, evidenciam a perspectiva mais conservadora presente no processo de idealização e construção da escola militar em Resende. Fazem, ainda, transparecer a urgência da

consolidação de um movimento revolucionário recém chegado ao poder. Ao assumir o comando da Escola do Realengo em janeiro de 1931, pouco tempo após a vitória de Vargas, José Pessoa discursava suas inquietações na ordem do dia:

O dever que o Exército tinha a cumprir para com a República já está consumado. (...)

Mas a Revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. E é exato. A República está salva, resta salvar a Nação. Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. Revalidada a forma de governo, cumpre restaurar o Brasil.(...)

O Exército, como instituição democrática por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade, é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é que a integridade da Pátria, mais que a do regímen, repousa em sua eficiência.(CAVALCANTI apud CÂMARA,1985, pp.42, 43)

Como se vê, uma vez vitoriosa a revolução de Vargas e terminada a República Velha, era necessário construir uma estabilidade que dificilmente aconteceria sem a participação decisiva de um exército mais coeso. Para construir esta estabilidade de longo prazo a partir das gerações mais novas de oficiais, o comandante José Pessoa “impusera duas condições para aceitar a designação para o Realengo: primeira, tirar a escola da “atmosfera tumultuada” da capital, e segunda, ter carta branca para empreender a mudança.” (MCKANN, 2009, p.439). Preparava então a reformulação de todo o processo de formação das elites militares, construindo uma série de símbolos que invocavam a imagem idealizada do Duque de Caxias, soldado considerado modelo das virtudes desejadas para os novos chefes militares, especialmente no que se refere à disciplina. Nesta construção vão surgindo as tradições da escola militar, como a retomada do uso do título de cadete pelos alunos da escola militar, a criação do corpo de cadetes e seu brasão, bem como o uso pelos cadetes de uniformes diferenciados (CASTRO, 2002).

Diversas foram as medidas tomadas para alcançar a pretendida “pureza” da instituição, mas o fato é que “concentraram-se na seleção e na formação do corpo de oficiais” (CARVALHO, 2005, p.79). Modificações nos critérios de participação do concurso de admissão à escola militar, considerando aspectos familiares, religiosos e de orientação política, foram implementadas no início dos anos 1940.

Coelho (2000, p.120) afirma, referindo-se ao Exército em seu conjunto, que “em organizações desta espécie, a existência de processos de endoutrinação e treinamento, ou de mecanismos como os de isolamento e absorção, cumpre exatamente a função de elaborar uma unidade de perspectivas e prevenir contra o contágio externo”.

Assim, para aqueles que conseguissem ingressar no curso de formação de oficiais “foram desenvolvidos ou aperfeiçoados mecanismos internos destinados a homogeneizar ideologicamente o oficialato e a imunizá-lo contra doutrinas consideradas corrosivas tanto da corporação como da nacionalidade” (CARVALHO, 2005, p.80).

Todas as etapas deste enclausuramento ideológico, feito a partir do levantamento de barreiras à entrada de idéias tidas como ameaçadoras no interior do oficialato, puderam ser administradas pela criação da nova escola militar, a AMAN, como nos mostra Castro (2002, p.47):

A transferência da Escola Militar para Resende seria, para José Pessoa, a coroação da reforma no sistema de formação dos futuros oficiais do Exército. Ela se concretizaria em 1944, quando a Escola Militar foi finalmente transferida, tendo seu nome alterado em 1951 para o mais pomposo Academia Militar das Agulhas Negras, como permanece até hoje. Consideradas em conjunto, as tradições criadas por José Pessoa são impressionantes. Em suas palavras, após quatro anos de comando, 'criou-se uma ideologia, que é um misto de brasilidade e sentimento militar, amalgamados pelo culto do passado, pelo espírito de tradição”.

O que se percebe é que o exercício do controle sobre as variadas dimensões da vida dos cadetes e a vigilância rígida sobre os processos comunicacionais estabelecidos com o mundo exterior não são fruto do acaso, nem tampouco o desenrolar de contingências que se foram impondo à rotina da vida acadêmica. No caso da AMAN, as características totais da instituição estavam presentes já desde sua concepção como projeto, localização e modelo de escola militar.

Ao longo dos mais de 60 anos de permanência da academia militar em Resende, o contexto político do país se modificou enormemente. As transformações sociais que atingiram o ambiente da academia são de uma dimensão que não cabe investigar aqui em toda sua plenitude. Ainda assim, a concepção fundamental de que o isolamento dos cadetes é necessário, bem como a contraposição do mundo militar versus o mundo civil, permanecem pairando sobre o cotidiano da escola.

4.2 NORMAS DE ENSINO MILITAR

Para que se possa alcançar uma leitura coerente da maneira como são feitos controles de fluxos de informação que adentram o espaço da AMAN, bem como as especificidades do processo educacional que ali acontece, é necessário que se leve em conta o fato de que se trata de uma organização membro do Estado, o que implica uma sujeição formal aos princípios da administração pública. Mais do que mera característica descritiva, esta condição confere relevância ao aparato jurídico/normativo que envolve os procedimentos acadêmicos, uma vez que a atividade militar, de modo geral, é objeto de atenção e controle por parte dos legisladores. E mesmo os próprios militares, como categoria, buscam orientar-se institucionalmente a partir de um viés positivista típico, no qual é preciso “estar escrito” para que uma determinação do escalão superior faça surtir o efeito esperado.

Neste tópico pretendemos apresentar, ainda que sucintamente, na legislação particular que trata do ensino no Exército, a presença de diferentes aspectos relacionados aos processos de subjetivação desenvolvidos na AMAN. Uma série de portarias dos órgãos que gerem o sistema de ensino da Força Terrestre cria procedimentos, estabelece princípios e determina ações pedagógicas e administrativas em torno do desempenho comportamental dos alunos, buscando adentrar em aspectos íntimos de sua subjetividade, como veremos.

O primeiro documento analisado é o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército, Portaria nº 549 do Comandante do Exército, datada de 06 de outubro de 2000, conhecida como R-126. Por se tratar de um documento cuja perspectiva é estabelecer preceitos que possam delimitar a ação dos diferentes estabelecimentos de ensino de todo o Exército - o que envolve uma imensa variedade de escolas e organizações, com diferentes níveis de complexidade e finalidade - tal portaria acaba por nos revelar elementos que, se por um lado não fazem menção direta à comunicação e à informação, por outro lado nos mostram fartamente o cuidado com as práticas totalizantes a serem adotadas nestes estabelecimentos.

Em seu art. 19, o R-126 faz a definição da obrigatoriedade da frequência dos alunos aos trabalhos escolares, sendo que para os militares, como é o caso dos cadetes, estes trabalhos são considerados ato de serviço. O uso desta nomenclatura, “ato de serviço”, envolve as atividades escolares em uma dimensão de poder mais profunda, na medida em que o não comparecimento a qualquer destes atos de serviço passa a constituir transgressão militar prevista no Regulamento Disciplinar do Exército. Diante desta gravidade, a possibilidade de qualquer aluno encontrar razões para não se submeter às ações educacionais propostas na

AMAN é praticamente nula. Desse modo, a falta do aluno a uma aula sem que haja um forte motivo de saúde ou algo semelhante - fato de pequena repercussão em uma escola civil - se reveste de um caráter altamente transgressor de parte do aluno para com a Academia e para com os companheiros que se submetem às normas. O eventual exercício de uma resistência baseada na omissão, como se poderia talvez imaginar no contexto dos ajustes secundários – citados anteriormente - torna-se então extremamente custoso, obrigando a adoção de diferentes estratégias.

Logo em seguida, o art. 21 trata da habilitação dos alunos ao final dos cursos militares, deixando claro que para a aprovação deve-se considerar o rendimento escolar integral do aluno, ou seja, o que decorre dos aspectos “cognitivo, afetivo, psicomotor e de sua aptidão moral”. Dois desses campos em particular nos chamam a atenção: o afetivo e a consideração da aptidão moral. Embora sejam elementos próprios da subjetividade dos alunos, o esforço normativo da hierarquia militar não dispensa a marcação destes campos no mesmo nível de importância do desempenho cognitivo e mesmo psicomotor em termos de suficiência do rendimento escolar.

Ao evidenciar de maneira tão explícita os largos limites com que se pretende desenvolver ações educativas, socializantes e subjetivadoras, a norma coloca de maneira clara a pretensão francamente totalizante dos estabelecimentos que regula. Por extensão, o uso de mecanismos de controle de fluxos de informação, conforme se supõe existirem em inúmeras direções no interior destas instituições, encontra aqui uma justificativa bastante simples e imediata, de acordo com a lógica interna de construção do sujeito militar.

Para aqueles que não forem capazes de corresponder ao plano comportamental oferecido pela instituição, cabe a aplicação do art. 31, que trata da exclusão do aluno que, segundo o inciso VIII, “revelar conduta moral que o incompatibilize com o serviço do Exército ou o prosseguimento do curso, conforme o caso, após o julgamento feito na forma prevista na legislação vigente.”

Em que pesem todas as dificuldades administrativas e jurídicas de levar a termo este dispositivo, dada a dificuldade de se estabelecer de forma positiva os limites da conduta moral incompatibilizante, mais uma vez a norma não se exime de formalizar a centralidade do papel subjetivante dos processos de ensino no âmbito Exército. Para além das eventuais consequências deste dispositivo, a assunção da moralidade em tamanha amplitude, como fator de exclusão do sujeito do meio militar, sinaliza para os postulantes aos cursos militares, e para a sociedade de modo geral, a motivação necessária por parte da instituição para a adoção das técnicas de enquadramento analisadas anteriormente.

Vale lembrar que os motivos que definem a escolha dos jovens pela carreira das armas não têm como principal argumento alguma espécie de vocação, conforme nos mostra Rossi (2001, p.140): “(...) destacam-se em ordem hierárquica: a Profissão Militar estável, a Vocação, ou melhor, o gosto e a identificação com as atividades que irá desenvolver, a Tradição e influência familiar, a perspectiva de ascensão na escala social, a ilusão de boa remuneração.” Desse modo, aqueles que postulam seguir a carreira militar “apenas” como uma profissão estável podem encontrar profundas dificuldades em corresponder às expectativas da instituição, a não ser que se submetam decididamente aos procedimentos definidos nos estabelecimentos de ensino.

Ainda neste viés da conduta moral, aparece a imposição de cuidados para a constituição de parte fundamental da equipe dirigente destes estabelecimentos: o corpo docente. O art.38, em seu inciso I, define que o recrutamento de militares para o corpo docente deve ser feito “mediante cuidadosa seleção, na qual são consideradas, particularmente, a competência profissional, a conduta militar e civil e a capacidade para o ensino, definidas no conceito obtido pelo profissional no curso que o capacita para o exercício do cargo, e em informações cadastrais”, sendo estas últimas disponibilizadas pelo Departamento Geral do Pessoal - DGP. Nota-se, portanto, que a seleção da equipe dirigente dos estabelecimentos de ensino também se faz a partir da mesma lógica de controle moral a que os internos são submetidos. A expressa manifestação de que devem ser apreciadas as condutas “militar e civil” do sujeito permite compreender a impossibilidade de se criar, no contexto deste dispositivo normativo, qualquer distinção entre estas duas esferas da vida do profissional militar. Nada mais apropriado, então, à constituição de instituições totais.

Buscando definir de maneira precisa os aspectos relevantes do comportamento esperado dos militares, chamados “atributos da área afetiva”, surgiu em 12 de maio de 1998 a portaria nº 12/DEP (Departamento de Ensino e Pesquisa, atualmente chamado DECEX – Departamento de Educação e Cultura do Exército). Este documento representa um esforço de sistematização dos procedimentos já rotineiros de avaliação de subjetivação dos internos, e faz a definição de cada um dos caracteres, ali chamados ‘atributos’, que devem ser desenvolvidos e/ou verificados nos militares ao longo de suas vidas. Logo no início da portaria, em seu item 4, encontramos:

- a. Os seguintes valores devem ter sido desenvolvidos no indivíduo desde a infância e reforçados ao longo da vida militar. Devem servir, também, para uma ação imediata do docente que identifique sua ausência, visando às providências que possibilitem o afastamento do instruendo, pelos meios

regulamentares, disciplinares e / ou judiciais, em especial na formação do militar de carreira.

HONESTIDADE - conduta que se caracteriza pelo respeito ao direito alheio, especialmente no que se refere à fraude e à mentira.

INTEGRIDADE - conduta orientada pelos valores morais e éticos próprios, da instituição e da sociedade em que vive.

LEALDADE - atitude de fidelidade a pessoas, grupos e instituições, em função dos ideais e valores que defendem e representam. (BRASIL, 1998)

Chama a atenção a prescrição para que o docente busque meios para afastar o aluno (instruendo) em caso de ausência de algum destes três valores fundamentais, em especial o conceito de lealdade, o que salienta a importância da manutenção dos vínculos de compromisso por parte do aluno.

A exemplo de um código de ética que estabelece as fronteiras dos comportamentos aceitáveis para esta ou aquela instituição, a portaria nº12 relaciona uma série de comportamentos desejáveis e, segundo o texto, passíveis de “desenvolvimento, aprimoramento e avaliação”, dentre os quais aparecem ‘iniciativa’ e ‘disciplina’, ‘equilíbrio emocional’ e ‘rusticidade’, ‘combatividade’ e ‘sobriedade’. Em um ambiente escolar, como a AMAN, a ação vigilante e enquadrante dos oficiais sobre os cadetes se utiliza largamente destes itens comportamentais em sua avaliação dos internos. A todo instante o corpo de oficiais é lembrado da essencialidade de sua atividade como formador do caráter militar dos cadetes, particularmente no início do período letivo, em que os oficiais recém chegados passam obrigatoriamente pelo Estágio de Atualização Pedagógica (ESTAP), onde são destacados os papéis de permanente educador e exemplo de comportamento para os cadetes.

A Portaria nº 76, de 16 de agosto de 2004, do DEP, estabelece as normas de avaliação educacional para as escolas subordinadas a este Departamento. Ao tratar da AMAN em particular, esta portaria deixa clara a importância, para o desempenho dos cadetes, dos aspectos comportamentais acomodados na expressão “área afetiva”. Para o 1º, 2º e 3º anos é considerada uma participação de 10% da avaliação afetiva feita pelos superiores (avaliação vertical) no total da nota do cadete, enquanto no 4º ano este percentual é dividido em 5% para a avaliação dos superiores e 5% para avaliação feita pelos companheiros, chamada avaliação lateral.

Cabe destacar que este percentual de participação da avaliação comportamental na nota final dos cadetes é extremamente importante nas muitas fases da trajetória deste aluno na Academia e mesmo após a conclusão do curso. Inserido em um meio onde a hierarquia é peça chave para toda atividade, em que o superior hierárquico (o mais antigo) sempre tem a preferência de escolha em relação ao subalterno (o mais moderno em relação ao superior

hierárquico), o desempenho comportamental pode definir a chance de adesão de um cadete à arma (Infantaria, Cavalaria etc.) de sua preferência ou condená-lo a adotar um caminho profissional que não havia desejado, incorporando-se a um curso/arma que não lhe tem tanto significado, uma vez que todos os cadetes são dispostos de forma hierarquizada por meio de seu desempenho escolar, ou seja, sua nota, para procederem à escolha das armas no final do 2º ano. Neste sentido, a portaria reafirma o fundamento subjetivante de toda prática educacional desenvolvida na AMAN, permitindo mesmo que os oficiais possam hierarquizar os cadetes de acordo com seus predicados comportamentais.

Analisando as Instruções Reguladoras IR 60-37, Portaria nº135 do DEP, de 31 de outubro de 2006, que tem entre suas finalidades estabelecer as condições para a organização e execução de cursos de graduação no Exército, encontramos no art. 7º uma classificação para os cursos de graduação regulares oferecidos no Sistema de Ensino Superior Militar que os divide em corporativos e não-corporativos. Em particular nos chama a atenção a conceituação de cursos corporativos como aqueles “conduzidos em Estabelecimento de Ensino ou Organização Militar do Exército Brasileiro, com metodologia própria, com objetivo exclusivo de formar e aprimorar, na área das Ciências Militares, os profissionais militares de carreira e com a finalidade de suprir as necessidades específicas do EB, em situações de paz e de guerra”.

É interessante perceber que a referência a uma metodologia própria busca não só atender às particularidades inerentes ao ensino de fazeres tão específicos quanto os militares como também abrir espaço para a adoção de técnicas e processos passíveis de causar estranhamento aos observadores não familiarizados com as tarefas da caserna. De qualquer maneira, insinua um distanciamento prévio e cauteloso de qualquer manifestação exterior em relação ao ensino militar, o que curiosamente expõe uma tendência ao isolamento e à construção de barreiras ao olhar do público para dentro do ambiente escolar.

Além disso, este artigo esclarece a finalidade exclusiva dos cursos corporativos em atender às necessidades específicas do Exército, o que deixa uma extensa margem às possibilidades de elaboração de cursos das mais variadas dimensões, uma vez que a especificidade dessas necessidades seria, em última instância, determinada pela própria instituição militar.

Assim, em conformidade com este contexto normativo estabelecido pelos órgãos de comando do Exército, as práticas educacionais realizadas na AMAN assumem a tarefa complexa de estimular comportamentos, desenvolver características propostas pela portaria nº12/DEP como coragem e iniciativa, e eliminar condutas impróprias dos cadetes, seja

atuando firmemente na subjetivação do aluno ou simplesmente excluindo o sujeito que não se mostre disposto a alterar seu modo de agir. Para além de toda rotina educacional de construção de conhecimentos no ambiente escolar, analisamos que são essas tarefas que mais demandarão interferências no controle dos fluxos de informação entre cadetes e o mundo exterior à Academia. Mais uma vez o aparato normativo se faz presente na tentativa de estabelecer meios de controle da comunicação dos internos com o mundo. É o que será apresentado no item a seguir.

4.3 OS CONTROLES DE INFORMAÇÃO NA AMAN

Em que pese o foco deste trabalho em buscar conhecer caminhos e procedimentos informais dos fluxos informacionais, isto é, estabelecidos fora dos controles institucionais, é indispensável que a investigação continue seguindo pela observação do suporte normativo que, seguramente, nos poderá mostrar a direção para a qual se voltam as atenções e as estratégias dos órgãos normatizadores na estrutura de administração do Exército e os limites formais atribuídos às dimensões informacionais em questão.

Tendo esta perspectiva em mente, avançamos em direção ao conjunto normativo definido no âmbito Exército Brasileiro e que trata dos aspectos informacionais presentes nas atividades educacionais, o que deve nos proporcionar uma visão ampla das políticas de controle dos fluxos de informação que compõem o ambiente maior em que a AMAN se insere. Ao mesmo tempo nossa análise fará, paulatinamente, a discussão das normas internas à Academia, buscando aí encontrar sinais de uma ação planejada e específica para a realidade particular deste estabelecimento de ensino.

Retomando um aspecto salientado no item anterior, o comando do uso de tempo dos cadetes por parte da equipe dirigente, sob as definições do R-126 quanto à obrigatoriedade da presença do cadete em atividades escolares, chama a atenção neste mecanismo a intensidade com que é aplicado. Diante de uma rotina controlada no horário do corpo, que impõe a alvorada, o momento do despertar, às 05 horas e 50 minutos, de segunda a sexta-feira, havendo horários de aula até 17 horas e 20 minutos, conforme publicado no Boletim Interno da AMAN de 11 de fevereiro de 2011, pode-se dizer que esta regulamentação busca o completo domínio da instituição sobre grande parte das atividades diárias dos alunos. No contexto da vida acadêmica militar é inconveniente a possibilidade de um cadete se deslocar pela academia, indo de uma sala à outra, de um setor ao outro, sem que seus comandantes diretos saibam de seu destino. Mesmo após o término do expediente ainda ocorre, às 19 horas,

a revista do recolher, momento em que toda a tropa é contada e tem sua presença e seu destino verificados. A partir daí, se não houver mais alguma atividade de ensino preparada para a noite, o cadete encontrará a ceia servida às 21 horas e 30 minutos para, logo em seguida às 22 horas, se recolher obedecendo ao toque de silêncio. Imerso neste cotidiano, o cadete dificilmente encontra tempo para dedicar-se a qualquer outra tarefa, a não ser as impostas pela Academia.

Esta medida de controle do tempo dos cadetes implica não apenas na submissão formal do interno aos ritos cotidianos de uma escola militar, mas estabelece uma condição de negação das possibilidades para o exercício da livre iniciativa. Conforme afirma Foucault (2002, p.135-136):

A colocação em “série” das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem; possibilidade de acumular o tempo e a atividade, de encontrá-los totalizados e utilizáveis num resultado último, que é a capacidade final de um indivíduo.

O constrangimento de tempo disponível para a realização de tarefas diferentes daquelas próprias ao ambiente militar resulta em um eficaz dispositivo de controle do acesso à informação. Ainda que formalmente os cadetes possam ser até mesmo estimulados a ler jornais e se interessarem dos acontecimentos cotidianos, a prática de controle do tempo nega insistentemente essa possibilidade.

Dois sintomas da profundidade deste mecanismo são a implementação de aulas intituladas “assuntos da atualidade” e a inclusão no horário do corpo de alguns momentos “à disposição do cadete”. No primeiro caso, a instituição escolhe temas considerados de maior relevância para o conhecimento dos cadetes, como a atuação das Forças Armadas nas fronteiras, o apoio do Exército nas eleições e em ações de resgate a populações vítimas de catástrofes naturais. A partir daí uma equipe do corpo docente é destacada para apresentar e debater textos selecionados com as turmas de aula.

No que trata do tempo à disposição do cadete, vale dizer que são pequenos intervalos de cerca de uma hora e meia, em que os cadetes procuram resolver problemas simples acerca de seu fardamento, pagar contas ou mesmo descansar e conversar com os companheiros. Portanto, na medida em que estes dois dispositivos podem ser compreendidos como o reconhecimento da instituição quanto à eficácia do controle do tempo exercido sobre os

cadetes, é preciso registrar que nesta forma indireta de ação sobre os fluxos de informação parece residir um aparato da maior relevância.

Seguindo adiante na legislação, um outro instrumento típico de controle informacional por parte da equipe dirigente é apresentado pela Portaria nº26, datada de 03 de abril de 2003, do então Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), hoje denominado DECEX, Departamento de Educação e Cultura do Exército, órgão a que a AMAN está subordinada. Não se trata aqui de ação de controle de fluxos de informação entre internos e o mundo exterior, mas a escrituração das informações julgadas relevantes acerca da subjetividade dos cadetes, o que nos parece de grande importância na perspectiva do controle informacional mais amplo. Tal instrumento é a Ficha Individual do Discente, documento que tem entre seus objetivos “retratar o perfil do discente, ao final do curso, estágio ou ano nos aspectos cognitivos, afetivo e psicomotor”, além de “Oferecer subsídios para a classificação do discente nos cursos onde este procedimento se torna necessário”. Na forma de instruções de preenchimento da ficha constam recomendações quanto ao registro na coluna “escala de avaliação de atributos da área afetiva”, onde deve aparecer a nota do discente na avaliação destes atributos bem como “quaisquer observações julgadas importantes sobre a atuação do discente na Área Afetiva”.

A prática de avaliação de comportamentos implica o deslocamento do olhar da equipe dirigente para aspectos que até então poderiam passar sem serem percebidos. Institucionaliza-se, então, a conduta do observador que tenta encontrar no sujeito observado sinais de inadequação à vida militar, reforçando os estímulos para sua subordinação ou provocando a adoção de comportamentos simulados que o livre de qualquer sanção. Em torno da observação destes atributos, portanto, o cotidiano mais frugal, os gestos aparentemente mais inocentes, podem servir de elementos para um olhar mais aprofundado e a construção de diferentes juízos acerca do interno, o que nos remete à discussão de Costa (2005), para quem a vida cotidiana neste modelo institucional “produz informações que, no processo de repetição de rotinas, hábitos e comportamentos, são agregadas aos arquivos do sistema”.

Um outro documento normativo, as Instruções Reguladoras IR 60-37, Portaria nº135 do DEP, de 31 de outubro de 2006, encontramos em seu art. 78, inciso XVII, a definição das atribuições das instituições de ensino superior vinculadas ao DEP, estabelecendo que a elas compete:

manter biblioteca de acervo eletrônico, com acesso remoto virtual, e de acervo impresso compatível com as exigências dos níveis de seus cursos, dotada de processo informatizado de gestão e valendo-se da rede mundial de computadores para consultas e leituras eletrônicas às bases de dados de bibliotecas nacionais e internacionais; (BRASIL, 2006)

Neste ponto aparece, pela primeira vez na documentação selecionada, menção direta ao uso de recursos de internet nos estabelecimentos de ensino, em particular no espaço das suas bibliotecas, como ferramenta necessária para o acesso remoto de conteúdos por todo o globo. Esta prescrição poderia nos levar a questionar a hipótese de que o isolamento dos internos é um objetivo forte presente na estrutura da AMAN. Porém, uma leitura mais atenta indica que o uso da internet nas bibliotecas tem finalidade restrita, devendo estar voltado para a consulta ao acervo de bibliotecas. De um lado, portanto, significa uma abertura significativa para a entrada de informações do mundo exterior, o que, a priori, reduziria os limites da eficácia de diferentes mecanismos de controle e subjetivação disponíveis na Academia. Por outro lado, as ressalvas feitas quanto à finalidade dos acessos à internet marcam a existência de restrições que, mesmo sendo passíveis de alguma manipulação e substituição, podem facilmente ser associados aos processos de controle da conduta e a observação dos atributos afetivos. É preciso ainda dizer que todo acesso à internet realizado a partir dos computadores da Academia ou mesmo de computadores pessoais que se utilizam da rede de acesso da AMAN é monitorado pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) a partir de nome de usuário e senha pessoal, de modo semelhante ao que é comumente praticado por organizações empresariais. Assim, o tráfego de dados pela rede pode ser auditado, o que dá à equipe dirigente a possibilidade de desenhar o perfil do cadete como usuário da internet na rede interna da AMAN, conhecer os sites que visita, o tempo que dedica a cada um deles etc.

Neste processo de controle é aplicado o veto ao acesso de sites que apresentem expressões selecionadas a priori, como a palavra “sexo”, por meio de mecanismo que interrompe a navegação exibindo uma tela em vermelho e amarelo com dizeres acerca da interdição.

De forma um tanto contraditória e muito interessante o art. 82 afirma que os cursos de graduação regulamentados por esta portaria devem estimular:

- I - a aprendizagem do discente;
 - II - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
 - III - a inicialização de pesquisa científica;
 - IV - a prática de estudo independente;
 - V - a experiência profissional e a autonomia intelectual do discente;
 - VI - o exercício do pensamento reflexivo; e
 - VII - o desenvolvimento de competências e habilidades.
- (BRASIL, 2006)

A ênfase no desenvolvimento de autonomia por parte do discente parece se chocar, em parte, com o que se tem dito até então a respeito das técnicas de enquadramento utilizadas

pela IT. Ainda assim, há de se perceber que o significado destas determinações não se revela de todo na simples leitura da norma, que tem como público alvo o próprio grupo militar. Expressões como “enriquecimento cultural”, “autonomia intelectual” e “pensamento reflexivo” não são isentas de uma profunda valoração, no sentido de que podem ser tratadas como elementos de reafirmação dos traços culturais e da lógica própria ao pensamento militar, podendo representar muito pouco de uma significativa transformação paradigmática a ser desenvolvida nos processos educacionais.

O que nos parece muito marcante é a clara reação da burocracia do ensino militar face às transformações do ambiente em que os estabelecimentos de ensino estão inseridos. A aceitação do uso de internet como ferramenta adequada ao trabalho em ambiente escolar, juntamente com a demanda por estímulos a uma postura mais ativa dos alunos, apesar das possíveis ressalvas e eventuais contradições apresentadas anteriormente, aponta para uma espécie de dispersão das políticas de ensino em direções distintas. Práticas tradicionais de disciplina e enquadramento parecem conviver com as influências mais contemporâneas de discursos que fazem apologia da “sociedade da informação”. De outro modo seria difícil compreender a timidez destas políticas manifestas em atos normativos em conter o que poderia ser, aos olhos dos dirigentes, uma “abertura contaminante” do espaço interno dos estabelecimentos de ensino para o mundo exterior. É como assinalam Gracioso e Saldanha (2010, p.31) ao comentarem D’Aléssio Ferrara⁵:

Vê-se também, como nos alertará D’Aléssio Ferrara (1994/95), que uma chamada globalização vigente exige do ator o conhecimento de movimentação de ferramentas de informação, num processo de homogeneização das culturas, o que registra que a informação é, também, um fetiche, ou seja, é conferida à noção de informação um valor de culto que ultrapassa a relação social (fenômeno)/científica (objeto): a informação deve ser adorada e “praticada” diariamente, caso contrário a condição de sobrevivência do sujeito está sob risco permanente.

Uma das normas mais relevantes para o contexto desta pesquisa é o Regulamento da AMAN, chamado R-70, definido pela Portaria nº 09 do Comandante do Exército em 14 de janeiro de 2002. Em seu art.11 este regulamento define as competências do Comandante do Corpo de Cadetes (CC), organismo interno à estrutura da Academia e que faz o trato imediato com os cadetes, afirmando que lhe cabe, entre outras, “assegurar o enquadramento e a vivência militar dos cadetes”. Logo mais adiante, o art 12 estabelece atribuições aos professores e aos instrutores, determinando em seu inciso I que lhes cabe “participar

⁵ D’Aléssio Ferrara, L. A imprecisão do mundo. *Perspectivas*, São Paulo, v.17/18, 1994/95

ativamente da formação intelectual e moral do cadete”, acrescentando ainda no inciso VI “desenvolver os atributos da área afetiva em todas as oportunidades, contribuindo para a formação integral do cadete”. Todos estes itens mostram claramente como a academia assume seu papel em relação à ação subjetivadora que lhe é peculiar, conforme já assinalado anteriormente. Muito diferentemente do que se poderia imaginar, o processo educacional não se restringe de modo algum, ao desenvolvimento cognitivo e à formação intelectual. A construção de comportamentos é apresentada como objetivo explícito e de suma importância. É o que aparece nos artigos 30 e 31:

Art. 30. Os cursos da AMAN são estruturados em duas fases distintas:

I - 1ª fase, correspondendo aos 1º e 2º anos, tem por objetivo iniciar a formação do cadete, com a aquisição de conhecimentos comuns a todos os cursos, habilitando-o ao prosseguimento nos 3º e 4º anos; e

II - 2ª fase, correspondendo aos 3º e 4º anos, tem por objetivos:

- a) complementar a formação dada ao cadete nos 1º e 2º anos, habilitando-o para o desempenho de cargos de tenente e capitão não-aperfeiçoado das Armas, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico; e
- b) orientar o futuro oficial quanto ao prosseguimento dos estudos necessários para os cargos de capitão aperfeiçoado e para os de postos mais elevados.

Art. 31. Os cursos da AMAN têm, ainda, por objetivo formar uma personalidade militar básica, com estrutura ética sólida e fortes atributos de chefia, liderança, iniciativa, disciplina, responsabilidade e espírito de trabalho em grupo, que permita a absorção correta da vivência como oficial, visando ao desenvolvimento continuado do chefe militar. (BRASIL, 2002)

Esta dupla finalidade de formar um profissional habilitado para a atividade militar e ao mesmo tempo criar uma personalidade militar básica é o pano de fundo onde se dão as indefinições na formulação de políticas de uso da internet e recursos de TI em geral. Exercer o controle para a construção de uma determinada moralidade do cadete e lhe dar acesso à informação para o bom desempenho profissional acaba tornando-se um dilema no conjunto da legislação de ensino. Ao longo de toda esta regulamentação nenhuma determinação é feita quanto ao uso de recursos tecnológicos de comunicação, como internet, celulares ou rádios. Apenas em 2003 seriam publicadas normas para o controle da utilização dos meios de tecnologia da informação no Exército (NORTI). Em 05 de fevereiro de 2007 uma nova edição da NORTI, a portaria 006-DCT (Departamento de Ciência e Tecnologia) seria aprovada, mas apresentaria ainda um caráter bastante genérico e superficial em suas três páginas contendo 20 artigos.

Os art.de 7ºao 9º da NORTI tratam das restrições e medidas de controle, a saber:

Art.7º. É expressamente proibido manter, distribuir ou veicular - utilizando, para isso, dispositivos eletrônicos, ópticos, gráficos ou magnéticos - arquivos contendo matéria considerada ilícita, contrária à disciplina militar, à moral e bons costumes, bem como atentatória à ordem pública, ou que viole qualquer direito de terceiros.

Art. 8º Compete ao Comandante, Chefe ou Diretor de OM do Exército realizar pessoalmente, ou delegar, a vistoria dos arquivos hospedados em dispositivos de TI, de propriedade do Exército Brasileiro, e, desde que haja indício substancial de infringência a estas Normas, instaurar a respectiva sindicância.

Art. 9º Não é permitida a vistoria indiscriminada e sistemática do conteúdo de arquivos, pastas e/ou mensagens, sob a responsabilidade do usuário, de modo a preservar-se o bom ambiente de trabalho. No entanto, é facultado o controle “de forma moderada, generalizada e impessoal” das mensagens transitadas pelas caixas de e-mail, sob domínio do Exército Brasileiro, com a finalidade de serem evitados abusos e prejuízos diretos ou indiretos à Instituição ou à sua imagem. É recomendável que, sempre que possível, o(s) usuário(s) seja(m) cientificado(s) da vistoria, antecipadamente, por escrito. (BRASIL,2007)

O que se percebe é a preocupação com a exposição moral a que o militar ou a instituição podem se ver submetidos em função do contato com materiais considerados ilícitos. Para isso medidas de controle são estabelecidas com o cuidado de evitar constrangimentos ilegais, buscando especificamente preservar os equipamentos e meios de propriedade do Exército, além é claro da imagem da própria instituição.

Em 19 de dezembro de 2008, com a aprovação das Normas Gerais de Ação da AMAN – NGA/AMAN – surge o anexo R, que se constitui nas NORTI/AMAN. Ao longo deste documento vão se delimitando a destinação dos equipamentos de TI como ferramentas de trabalho (art.5º), a imposição do uso de senha pessoal para o acesso à internet como procedimento de controle e segurança do sistema (art.16), conforme mencionado anteriormente. Especial atenção merece o art. 17: “O acesso à internet é franqueado a todos os usuários, devendo ser, preferencialmente, utilizado para atividades de ensino e administrativas, guardando-se as restrições previstas na Portaria nº 006-DCT”. A norma interna da Academia não deixa qualquer dúvida quanto aos limites das restrições quanto ao uso da internet, uma vez que a preferência sugerida para o uso dos equipamentos como ferramenta voltada para as finalidades institucionais não pode ser invocada como documento proibitivo. Fica aberta a possibilidade de se fazer acessos a variados sites, mesmo que para finalidades estranhas ao processo educacional.

Na sequência, o art. 18 estabelece mais claramente as restrições:

Não é permitida, durante o horário de expediente, a utilização dos dispositivos de TI para o acesso a sítios (“sites”) da internet com a finalidade de realizar cópias (“download”) de jogos, filmes, música ou imagens, para utilizar de serviços eletrônicos (“online”) de mensagem instantânea, com conteúdo estranho ao serviço, bem como para a realização de jogos eletrônicos e/ou frequência a salas de conversação (“chat”). Fica autorizada tal utilização fora dos horários de expediente, ressalvando-se o prescrito no Art. 6º das presentes normas (Art. 15º da Portaria nº 006-DCT).(BRASIL, 2008)

Aqui, então, apesar da definição de limites bem claros, aparece uma abertura fundamental para o uso da internet com as mais variadas finalidades, escapando do contexto típico das práticas de controle informacional na IT. O término do expediente passa a demarcar uma fronteira entre o tempo da restrição e o tempo da liberdade de acesso. É bom destacar que esta liberdade não é irrestrita, uma vez que o material considerado ilícito continua vetado e procedimentos de vistoria e controle permanecem em vigor segundo esta mesma norma, conforme os art. 33 e 34:

Art. 33º Não é permitida a vistoria indiscriminada e sistemática do conteúdo de arquivos, pastas e/ou mensagens, sob a responsabilidade do usuário, de modo a preservar-se o bom ambiente de trabalho. No entanto, é facultado à DTI realizar controle, “de forma moderada, generalizada e impessoal”, das mensagens transitadas pelas caixas de e-mail, sob domínio da AMAN, e sobre os arquivos de registros de ocorrências (“log”) dos equipamentos, com a finalidade de se evitar abusos e prejuízos diretos ou indiretos à AMAN ou à sua imagem. Sempre que possível, o usuário será cientificado antecipadamente por escrito, de vistoria a ser realizada em equipamento sob sua responsabilidade (Art. 9º da Portaria nº 006-DCT).

Art. 34º Os direitos do cidadão à privacidade e ao sigilo de correspondência, constitucionalmente assegurados, dizem respeito apenas à comunicação estritamente pessoal.

Assim, apenas o e-mail pessoal ou particular do militar ou do servidor civil, socorrendo-se de provedor próprio, goza de proteção constitucional e legal de inviolabilidade (Art. 11º da Portaria nº 006-DCT). (BRASIL, 2008)

O cuidado em não proceder a violação do direito do militar ao sigilo de correspondência inibe a adoção de qualquer prática mais ousada de intromissão da instituição nas atividades cotidianas dos internos em contato com a internet. A alternativa apresentada no texto desta norma para o controle do uso possivelmente indiscriminado da internet surpreende: o art. 37 apela para o sentimento pessoal de cada militar e servidor civil envolvido com estes equipamentos, no sentido de preservar “a incolumidade e respeitabilidade do seu próprio caráter, bem como de toda a Instituição a que pertence”. Soa como um reconhecimento da impossibilidade de se fazer um controle eficiente do tráfego de

informações - entre militares e quaisquer outras pessoas ou organizações por meio da internet - restando um apelo ao auto-controle dos usuários da rede.

Ainda explorando o arcabouço normativo, temos que em 09 de junho de 2009 surge o Regimento Interno da AMAN, com a finalidade de “regular a execução das determinações contidas no R-70”(Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras). Este regimento embora trate de formalizar as atividades de diferentes divisões e seções presentes na estrutura da Academia, inclusive a DTI – Divisão de Tecnologia da Informação, nada acrescenta de significativo a respeito do manejo de equipamentos de TI ou o acesso à internet.

Há outros dispositivos como as portarias 121 do Estado-maior do Exército, de 12 de novembro de 2001 e a portaria 049 da Diretoria de Ciência e Tecnologia, publicada em 19 de dezembro de 2005, que tratam da utilização de internet nas unidades militares em geral e do uso de correio eletrônico do Exército, no entanto não trazem novidade ao que já foi explorado até aqui, pois se voltam à segurança contra a ação de invasores, o furto de dados etc.

No que se refere, portanto, aos instrumentos normativos aplicados ao controle da informação na AMAN, percebe-se uma certa indefinição no trato dos fluxos de informação firmados entre os cadetes na Academia e o mundo exterior. A demanda legal por respeito à privacidade e ao sigilo da correspondência pessoal, associada à necessidade de convívio com uma comunidade mais ampla em função da natureza dinâmica e científica que se pretende dos cursos de graduação do Exército, deixam pouco espaço para o exercício de controles mais severos sobre o uso da internet pelos cadetes. A maior liberalização no acesso à internet após o expediente, conforme observado, é um claro sinal deste processo decisório em que o fechamento institucional parece perder relevância face ao reconhecimento da necessidade de conectar-se ao poder comunicativo do mundo virtual. Se, por um lado este aspecto pode representar um descompasso do formato institucional com as possibilidades manifestadas das tecnologias da informação e conhecimento, por outro lado sugere que a equipe dirigente não percebe no estabelecimento de fluxos de informação virtuais por parte dos cadetes uma ameaça aos propósitos formais da instituição. Lembrando que o cadete vive interno à Academia, onde o expediente e o não expediente facilmente se confundem, é exatamente por força deste dispositivo que franqueia o acesso à internet que estes tempos passam então a se diferenciar.

É certo que na atividade cotidiana de gerenciamento do acesso à internet a existência de pessoal especializado com programas de controle e auditoria dos acessos realizados na rede AMAN a partir da senha pessoal representa um sistema inibidor da livre navegação por parte dos cadetes, mesmo porque a imposição da observância de comportamentos moralmente

aceitos no ambiente militar aparece inúmeras vezes como chave da formação dos oficiais na Academia. A ameaça constante de exclusão do sujeito violador das normas morais atravessa o ambiente virtual de modo que o risco de se cometer qualquer transgressão é bastante alto. Das possíveis estratégias assumidas pelos cadetes podemos esperar uma adaptação aos moldes da colonização e da conversão ou mesmo uma espécie de ajustamento secundário, tentando encontrar formas de escapar ao controle institucional.

Resta agora ouvir dos próprios cadetes se conseguem ou não fazer uso da internet no interior da Academia. Ao conseguirem conectar-se, quais suas formas de uso da internet, suas percepções acerca de mecanismos de controle e os limites que percebem sendo impostos a eles. Como se articulam para ligar-se ao mundo exterior por meio da internet e que sentido estas práticas assumem, a partir do momento em que se podem estabelecer fluxos contínuos de informação. É o que faremos no próximo item, analisando as entrevistas feitas com cadetes do 4º ano da turma 2010.

4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O trabalho de campo realizado junto à AMAN consistiu em realizar entrevistas com os cadetes do 4º ano, o último do período de formação na Academia. Assim, esperávamos encontrar neste público o estágio mais acabado de todo o processo de subjetivação a que vinha sendo submetido.

O primeiro passo foi solicitar autorização ao chefe da Divisão de Ensino (DE), o que demandou a confecção de um documento formal, uma Parte (espécie de petição a uma autoridade), seguido de uma breve conversa com o então subchefe da DE. Terminado este procedimento, uma mensagem eletrônica foi enviada pela chefia da DE à chefia do Corpo de Cadetes (CC), avisando a respeito da atividade. Em seguida esta mensagem foi repassada aos diferentes cursos para que se fizesse conhecer a autorização dada ao pesquisador. Deste momento em diante nenhum obstáculo foi colocado quanto à realização das entrevistas, nenhuma medida de cerceamento ou censura teve lugar.

Partindo então rumo aos entrevistados, sem a preocupação em estabelecer parâmetros de uma análise quantitativa, as entrevistas foram feitas de maneira aleatória com cadetes dos diferentes cursos da Academia, à exceção do curso de Cavalaria, pois estes cadetes não estavam disponíveis no momento de realização da pesquisa.

Ao todo foram feitas nove entrevistas com cadetes. O que a priori poderia parecer um número exageradamente modesto, é resultado da regularidade encontrada nas respostas dos

entrevistados, o que levou à decisão de encerramento desta etapa. Além disso, havia a pretensão de entrevistar o chefe da Divisão de Ensino e o chefe da Divisão de Tecnologia da Informação, mas as duas entrevistas foram suprimidas pela substituição destes militares no período em que se fazia a pesquisa. Em função desta rotatividade, com a transferência do militar para assumir outras funções e a chegada ao cargo de militar menos experiente, optamos por concentrar os esforços na análise da documentação apresentada no item anterior, uma vez que o perfil de recém chegados ao cargo implicava que estes militares não poderiam contribuir com experiências vividas na função, tornando suas entrevistas desnecessárias para a análise da visão institucional dos controles de fluxos de informação.

Vale ressaltar que a condição do pesquisador, que é militar mais antigo e professor dos cadetes, certamente produziu efeito na atividade de campo, ao mesmo tempo em que facilitou o acesso aos cadetes que receberam o pesquisador prontamente e buscaram demonstrar interesse e seriedade ao elaborar suas respostas, pode ter contribuído para certo grau de *representação* (cf. GOFFMAN, 2008) durante as entrevistas, embora o conteúdo dos depoimentos não demonstre qualquer simulação.

Serão apresentados a seguir os elementos mais relevantes colhidos nas entrevistas, guardando sempre o necessário sigilo da identidade dos cadetes que serão denominados apenas como cadete “A” ou cadete “B”.

Com o intento maior de identificar a existência de fluxos de informação estabelecidos pelos cadetes e não controlados pela instituição, os cadetes foram perguntados se utilizam a internet na AMAN e para que finalidade. Todos os entrevistados afirmaram acessar a internet regularmente, alguns diariamente, outros a cada dois ou três dias, a não ser em períodos diferenciados, como as semanas de exercício militar no terreno, em que os cadetes permanecem vários dias acampados em atividade de treinamento militar, o que na maioria das vezes inviabiliza o acesso a equipamentos de informática.

Em relação à finalidade destes acessos, todos responderam que a principal motivação para acessar a internet é fazer uso de redes sociais. Apresentando algumas variações que incluem o Facebook e MSN, o principal site utilizado pelos cadetes é, especificamente, o Orkut. Este site de relacionamento permite ao usuário estabelecer laços com aqueles que considera amigos, adicionando-os a uma lista que é visível aos demais usuários, o que amplia a possibilidade de criar novos laços com amigos de seus amigos. Além disso, há comunidades formadas em torno de temas de interesse dos usuários e que servem para reunir pessoas que compartilham destes mesmos interesses. Grande parte destas comunidades é montada com propostas bem humoradas, que dizem respeito a esportes e estilo de vida, mas há também uma

presença interessante de comunidades familiares que reúnem usuários com um mesmo sobrenome ou origem, e comunidades de escolas, bairros e associações, que oferecem aos antigos convivas a chance de manter contato.

Os cadetes foram unânimes em destacar esta última funcionalidade do Orkut como seu aspecto mais atrativo. O cadete “D”, ao ser perguntado sobre a frequência com que visita o Orkut respondeu: “entrou na internet tem que entrar no Orkut. Até porque, o nome já diz, a gente vive aqui interno, e é rede social! Você quer saber o que está acontecendo com um familiar, um amigo, sua cidade, já que você vive preso aqui o tempo inteiro”. Outro cadete, que chamaremos de cadete “F”, afirma: “O que eu mais utilizo é o Orkut, pra poder manter contato com o pessoal. Eu moro longe, em Porto Alegre, e fica difícil falar com os amigos por celular, então a gente manda um recado ali, dá um alô”. Esta possibilidade também presente no Orkut, de escrever mensagens e depoimentos nas páginas dos amigos, cria um potencial grande de interação e é bastante explorado pelos cadetes, particularmente os que tem a família mais distante.

O cadete “G” afirma em sua entrevista que “Qualquer tempo livre eu uso (o Orkut), porque é praticamente o único meio de comunicação que a gente tem. Meu celular aqui não pega, pra poder falar eu tenho que ir lá fora no estacionamento.” É interessante perceber que mesmo diante de outras possibilidades de comunicação, como o uso de aparelho celular, o acesso às redes sociais é considerado pelos cadetes como mais prático e eficiente. De forma semelhante o cadete “A” quando perguntado sobre o uso que faz do Orkut responde: “falar com o mundo lá fora, aqui a gente fica preso, não tem nada...eu uso pra falar em casa, com os amigos, avisar onde estou, o que estou fazendo, quando vou pra casa”. A necessidade de manter a família e os amigos informados aparece juntamente com a sensação de estar “preso” na Academia, o que faz o acesso à internet parecer uma oportunidade privilegiada de se romper com a sensação de isolamento e a inevitabilidade do convívio com os demais internos.

Neste sentido, foi preciso investigar se as pessoas com quem os cadetes mantinham contato pelo Orkut não repetiam seu círculo de relacionamentos no meio militar. Explorando o perfil dos sujeitos com quem os cadetes estabelecem suas conexões, na tentativa de identificar uma eventual extensão virtual do mundo institucional, caso as redes sociais sejam utilizadas prioritariamente para a comunicação com outros cadetes e militares em geral, foi perguntado aos entrevistados quem eram seus contatos. As respostas foram variadas, mas sempre apresentam o público externo como parte fundamental do uso das redes sociais via internet. O cadete “A” afirmou que “a maioria do pessoal que está no meu Orkut é o pessoal daqui, da minha turma, que é com quem eu mais tenho contato nesses cinco anos. Mas

também tem uns amigos antigos que eu não vejo faz tempo, os parentes, até minha mãe criou Orkut.” Já a resposta do cadete “E”: “quando eu vim pra cá eu perdi muitas amizades...assim, o pessoal com quem eu converso é mais militar mesmo.” Parece razoável que após o longo período de convivência os cadetes considerem seus contatos dentro da turma de Academia muito relevantes.

De modo afinado com a proposta institucional, o cadete “C” deixa claro que sua intenção é utilizar o Orkut para não se afastar da turma: “Um dos motivos que me levaram a fazer um Orkut é que o pessoal da minha turma vai espalhar cada um pra um canto do Brasil e pra manter contato...às vezes a pessoa até muda o telefone, mas o Orkut não muda.”

Estas manifestações permitem reconhecer os comportamentos teorizados por Goffman na forma dos ajustamentos primários. Mesmo ainda interno à Academia este último cadete já se prepara para manter o espírito de corpo após o afastamento de seus companheiros de turma. Este comportamento, no entanto, não é predominante, conforme mostra o cadete “B”: “são meus amigos em geral, tanto o pessoal lá de Niterói, meus amigos do ensino médio, ensino fundamental, quanto meus amigos daqui também.” Mais adiante ainda destaca: “Consigo manter a amizade com esse pessoal, inclusive o meu grupo de amizades fortes mesmo em Niterói é o pessoal do ensino médio. Eu vou pra lá, saio com eles, convivo com eles.” E ainda conclui: “Eu não sou muito de sair com o pessoal da Academia quando eu estou lá, em Niterói. Eu saio com o pessoal do tempo de curso, do ensino médio ou da faculdade. Eu não fiz faculdade mas tenho amigos que estão na faculdade.”

O que o depoimento deste último cadete revela é a possibilidade que os cadetes encontraram nas redes sociais de manter ligações afetivas, amizades de longa data, mesmo com o distanciamento e a ocupação de boa parte de seu tempo pelas atividades de ensino na AMAN. Mais curioso ainda é perceber que ao final do curso há cadetes que ainda consideram que preferem a companhia de seus velhos amigos que a dos companheiros de turma. Sem a manutenção dessas conexões via redes sociais dificilmente isso aconteceria, pois os relacionamentos possíveis aos cadetes se reduziriam basicamente aos colegas de farda, as pessoas em seu entorno. É o que afirma novamente o cadete “B”: “Se não tivesse isso seria muito mais difícil manter certas amizades, principalmente as mais distantes. Eu que sou de Niterói ainda tenho alguma facilidade mas quem mora, por exemplo, em Natal ou no Rio Grande do Sul, não teria como manter as amizades, e aí sim viveria em isolamento.”

O cadete “G” não deixa dúvidas quanto ao pessoal com quem mantém contato: “Todos eles são civis, minha família, minha namorada, meus amigos.” E ainda acrescenta: “Os amigos com quem eu converso mesmo, os amigos do Orkut, são todos de lá, de minha cidade.

Graças ao recurso da internet, pois se não fosse isso eu perderia o contato completamente, não teria outra forma.” Para estes jovens acostumados a navegar pelo espaço virtual é difícil perceber outras formas de comunicação, mesmo porque a velocidade da troca de mensagens e o consequente dinamismo propiciado pelas redes sociais é bastante singular. Nas palavras do cadete “I”: “...se você for pensar existem outros modos, existe celular, até mesmo outros meios, em último caso carta. Se bem que é difícil, só mandei umas duas cartas em toda minha vida.”

Um outro comportamento é revelado pelo cadete “H” que afirma usar muito pouco a internet: “Eu sempre vou pra casa mas se estiver punido, por exemplo, e tiver de ficar aqui, é internet direto. Mas se estou aqui e não estou punido eu vou pra rua. (...) Esse negócio de ficar pendurado na rede não é comigo.” Alguns cadetes não demonstram grande simpatia por manter relacionamentos via internet mas ainda assim reconhecem o papel do acesso à rede nos momentos em que estão privados do contato com o mundo exterior. Essa manifestação fez surgir a questão de como os cadetes se sentem durante o período em que estão na Academia, no que se refere ao isolamento do mundo exterior. Será possível aos internos reconhecer sua condição, mesmo após anos de rotina acadêmica?

Ao ser perguntado se havia se sentido de algum modo isolado na AMAN, o cadete “I” respondeu “A gente sempre sente, mas o uso da internet alivia.” Já o cadete “H” foi mais enfático ao dizer: “Sim, com certeza! Se você não correr atrás do que está acontecendo você não fica sabendo. A informação não chega...”. De modo semelhante o cadete “F” responde: “Os dias passam aqui e a gente fica só em atividade e o mundo passa lá fora e a gente não sabe nem o que aconteceu. Outro dia lembrei que era eleição só porque o tenente falou, senão eu não sabia que era naquele final de semana e eu não ia votar.” Fazendo coro com os demais o cadete “C” acrescenta: “Eu utilizo (a internet) muito pra ver notícias, saber das coisas, no próprio Orkut alguém te manda uma mensagem. Antes não, você ficava muito alienado. Agora é só abrir a primeira página, em qualquer lugar, e você fica sabendo de tudo o que está acontecendo.” A opinião de que há claramente um processo de afastamento do meio civil é comum entre os cadetes, que se ressentem da falta de acesso a informações vindas de fora, particularmente em função de terem o tempo todo ocupado com os afazeres da vida acadêmica.

O depoimento do cadete “E” exprime em profundidade as repercussões deste processo de ruptura com o meio civil ao falar da sensação de isolamento e das oportunidades de sair para a rua. Evidencia ainda o aumento das restrições ao deslocamento dos internos pela cidade:

Eu perdi muitos amigos aí fora. As pessoas marcavam de sair e eu estava punido, ou estava de serviço, isso acaba afastando, as pessoas levam aí fora uma vida diferente e você acaba se afastando, acaba é se aproximando e fazendo as coisas mais com as pessoas daqui de dentro. Eu conheci minha namorada no estágio em Brasília, ela é do Rio, foi uma oportunidade, mas dificilmente você vai conseguir arrumar uma namorada no final de semana...você conhece mas logo depois tem de voltar pra cá

Olha, o 1º, 2º e 3º anos não pode mais sair à rua. E até o início de agosto o 4º ano só era liberado na quinta-feira. O expediente acaba 17:30 pra gente, umas 18 horas e aí você fica liberado até as 22 horas e não pode trocar de roupa, tem que ficar fardado, não pode consumir bebida...Antigamente o 2º ano podia sair um dia da semana, aí o 3º ano saía dois dias da semana e o 4º ano saía todos os dias menos segunda-feira. Agora mudou.

E ainda explica a maneira como percebe as razões que levam a se estabelecer o internato:

Isolar pra você adquirir mais facilmente os valores da instituição, você não se corromper com as coisas de fora, mais ou menos isso.(...) hoje em dia tem muitos problemas, né, corrupção, drogas, muita gente usando bebida alcoólica, droga lícita ou ilícita, hoje em dia não existe muita moralidade, né, e é uma coisa que a instituição prega, valores morais, e acha que isso atrapalha, o maior contato com o mundo civil, o mundo externo à AMAN. Você dentro de uma redoma, você consegue assimilar mais o que é transmitido aqui dentro.

Interessante é perceber que o discurso oficial da instituição aparece fortemente nas palavras do cadete, que faz um contraponto entre as virtudes militares e as ameaças do mundo exterior. Mas de forma muito contraditória a busca por contato com as pessoas de fora e de informações do mundo exterior é uma constante. O impedimento de sair à rua com maior frequência e mesmo de poder visitar o comércio da cidade usando trajes civis torna-se um forte obstáculo à construção de relacionamentos com as pessoas estranhas ao meio militar. Diante dessa impossibilidade, a busca por estabelecer laços via internet, superando a distância e as regras que impedem sua movimentação, passa a ser uma necessidade. O trecho seguinte do depoimento do cadete “A” é um bom exemplo de como os internos percebem o espaço da Academia:

Pesquisador: Se a gente pensar que o regime aqui é de internato, vocês passam o tempo todo aqui, você se sentiu de algum modo isolado esse tempo em que está aqui?

Cadete: Sim, várias vezes. Aí é que está, isso aqui é uma bolha, você vive isolado de tudo lá fora. Quando não tinha internet a gente ficava

completamente ignorante do mundo lá fora, a gente só ficava sabendo das coisas quando ia pra casa, com atraso.

Pesquisador: Mas a internet fura a bolha?

Cadete: Um pouco. A gente sai dessa prisão...

Pesquisador: E você vê isso como algo positivo?

Cadete: Sim, não atrapalha em nada. O cadete sabe o que quer, aonde vai, é uma pessoa normal, não tem que ficar prendendo.

A expressão “bolha”, de uso corrente entre os cadetes, é bastante representativa da capacidade dos internos perceberem a condição de isolamento a que são submetidos. O cadete “C” ainda diz que “É uma bolha mesmo. Até mesmo tendo acesso, se você fica uma semana no campo, por exemplo, você já fica perdido.” O cadete “C”, ao responder a respeito do seu entendimento acerca do sentido do regime de internato afirma:

Bem, o sentido é o comando poder usar a gente numa atividade inopinada, quer dizer, ele tem todo o tempo disponível. Se tivesse muita liberação talvez não teria eficiência. Pois mesmo com o acesso permitido e tudo, a gente não tem tanto tempo livre assim, e quando tem está cansado, e o tempo acaba deixando a AMAN uma bolha mesmo! Você tem possibilidade mas está sem tempo, está cansado, sua agenda é montada de modo que não dá pra fazer outras coisas. Apesar de ter acesso a AMAN continua uma bolha.

O que nos parece é que o reconhecimento de que a instituição os afasta profundamente do mundo exterior acaba por impulsioná-los em direção ao mundo virtual, onde supostamente poderiam ter uma chance de construir uma existência não controlada, apesar das restrições de tempo. A questão, portanto, é saber como os cadetes podem acessar a internet de dentro da Academia, se a instituição possui os mecanismos de controle da rede já descritos anteriormente. Os filtros que impedem o acesso de páginas consideradas impróprias, o controle do histórico dos acessos por meio de identificação e senha, as limitações de horário para o uso da internet, não seriam elementos de extensão da instituição total sobre o mundo virtual?

Para esclarecer este ponto os cadetes foram questionados quanto à maneira como costumam acessar a internet a partir da AMAN. Todos eles afirmaram possuir máquinas próprias, notebooks, com capacidade de conectar-se à rede sem fio da AMAN. Além disso, parte deles afirmou usar redes privadas a partir de conexão com modems 3G, que a exemplo

de um equipamento celular estabelecem a comunicação do notebook com a internet. As palavras do cadete “E” são muito esclarecedoras:

A máquina é minha mas o 3G eu comecei a usar no final do ano passado. Na metade de 2008 que eu comprei meu notebook, geralmente eu usava o computador do Grêmio, mas eram três computadores, a gente fazia fila...No meu primeiro ano, em 2007, pouquíssimas pessoas tinham notebook, era uma coisa do pessoal que tinha mais dinheiro, mas a partir de 2008 começou a se tornar mais popular. Por exemplo, no meu apartamento todo mundo tem notebook, somos 12 e os doze tem notebook, se tornou mais popular.

Em outro depoimento, diz o cadete “I”: “eu uso o modem 3G, mas eu fiquei um ano usando a rede da AMAN e no ano passado eu comprei o 3G, o que facilitou minha vida”. O fato de utilizarem uma conexão particular em equipamentos próprios faz com que não haja nenhum controle institucional sobre o que estes cadetes acessam. Qualquer norma definida até então sempre procurou cuidar do uso dos equipamentos e da rede pertencentes ao Exército, mas os equipamentos pessoais não se constituem objeto deste tipo de controle.

Aqui é possível perceber claramente que os cadetes não precisam adotar estratégias arriscadas ou extremamente elaboradas para burlar os controles de acesso à informação utilizados pela Academia. O simples fato de não se fazer qualquer objeção ao uso de equipamentos pessoais para acessar a internet permite aos cadetes uma ampla liberdade de escolher o que acessar. Os próprios cadetes relatam o incentivo dado por membros da equipe dirigente quanto ao uso da internet. O cadete “G” afirma que “nosso comandante de pelotão, por exemplo, sempre fala que isso é importante, a gente manter contato com a família para que eles saibam o que a gente está passando. Todos os oficiais reconhecem que é importante a gente falar com a família.”

Investigando um pouco mais este aspecto, foi perguntado aos cadetes se em algum momento perceberam alguma medida contrária ao uso da internet na AMAN, seja proibindo o acesso ou apenas desestimulando esta prática. O cadete “D” respondeu que “Nunca vi quererem reprimir. Não me recordo. É indiferente, tanto para proibir quanto para estimular.” Já o cadete “C” foi mais preciso: “Sim, no começo a internet era aberta para acesso a qualquer site, a critério do usuário. Depois a rede passou a impor restrições, proibiu acessos, proibiu downloads. Quanto aos oficiais eu nunca percebi nenhum comentário em relação à internet, nem favorável nem contrário.” Uma questão um pouco diferente foi apresentada pelo cadete “A”: já vi gente falar que a internet está atrapalhando os estudos, que o cadete fica até altas horas na internet e fica dormindo na aula no dia seguinte, mas nunca vi proibir. Já na rede da AMAN há restrições.”

De modo geral, a equipe dirigente não demonstra se incomodar com as práticas dos cadetes de navegação pela internet. É possível que o silêncio dos oficiais em relação a este tema esteja ligado ao entendimento que encontramos na análise das normas: o apelo à responsabilidade individual pelo uso da internet e a aposta na eficácia da construção da subjetividade militar. É interessante o que diz o cadete “I”:

Pesquisador: E nesse seu tempo na Academia você notou que em algum momento a instituição, os oficiais, tentaram barrar ou criar algum empecilho ao livre acesso a internet?

Cadete: Eu não diria isso. Diria que a instituição está preocupada com o que a gente acessa, mas barrar eu não diria. Assim, para procurar preservar a idéia de ética, eles barram certo conteúdo que é inapropriado, e eu até concordo com isso, mas barrar o livre acesso à informação eu acredito que ela não faz isso, pelo menos no meu caso nunca fez.

Pesquisador: Quando você diz que a instituição está preocupada com o que vocês acessam, o que você quer dizer com isso?

Cadete: Sei lá, pornografia, coisas que afetem a moral mesmo. Alguma propaganda como aquelas de violência, a favor da criminalidade também. Eu acho que isso afeta a moral e tem de ser barrado mesmo.

A afinidade do discurso deste cadete com o discurso oficial impressiona pelos detalhes. A certeza de que o acesso livre à informação dispensa os conteúdos que podem ser chamados “inapropriados” revela um comportamento típico do sujeito que adotou a conversão como forma de adaptação ao mundo institucional. De todo modo, seja pela inconveniência de tecer comentários a respeito de seus comandantes enquanto falam com um outro oficial, seja por não notarem qualquer prática de cerceamento do acesso à internet ao seu redor, os depoimentos apresentam certas contradições ao contraporem o discurso emanado pelos oficiais e as práticas observadas de gestão da rede interna à AMAN.

Por fim, os cadetes responderam acerca da maneira como entendem que o estabelecimento de relacionamentos via internet modifica suas vidas na AMAN. O cadete “H” responde festivamente: “Faz toda diferença, muda tudo pro cadete. Sem internet já era!” Para o cadete “C”: “Sem dúvida a internet faz diferença, tudo o que eu vou pesquisar eu procuro na internet. De repente na internet eu descubro que tal assunto tem em tal livro, aí que eu passo para o livro.” Na visão do cadete “E”: “Você acaba vendo o que as pessoas fazem ou fizeram por aí afora através de atualizações do Orkut. É a melhor solução que existe para os cadetes, porque se não tem como sair daqui, você pode se comunicar, principalmente com os amigos.”

No depoimento do cadete “D” podemos colher uma representação que condensa grande parte das opiniões dos entrevistados:

Pesquisador: Então a gente conclui que o cadete não está mais isolado como um cadete de 1980?

Cadete: 1980 não, 2007!! Eu fui abrir conta de Orkut em 2006, quando estava na preparatória. Até então eu não tinha e-mail, não tinha Orkut, não tinha nada. De lá pra cá a coisa acelerou muito. Se eu olhar pra trás pro básico (1ºano), ali eu era um cara mais isolado do mundo com certeza, isso eu não tenho dúvida.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo de caso teve a possibilidade de trazer à luz particularidades de uma instituição que se encaixa de forma justa ao tipo proposto por Goffman. No decorrer deste trabalho de pesquisa foi possível visitar construções teóricas inicialmente distantes e que foram se revelando mais íntimas do que seria razoável suspeitar. Apesar da oposição de Castro, parece-nos ter ficado claro que a adequação do conceito de instituição total escolhido para a análise dispensa qualquer nuance terminológica. Pelo contrário, reveste-se de uma historicidade que lhe dá ao mesmo tempo urgência e relevância.

Ao se esclarecer com maior plenitude o conceito de instituição total e em consequência perceber a sua aplicabilidade na análise social, pode-se entender o papel fundamental das questões informacionais no contexto da obra de Erving Goffman. Os escritos de Goffman se revelaram de um significado singular para a compreensão dos processos que levam ao crescimento do tema informação na segunda metade do século XX. Uma análise mais profunda e minuciosa do conjunto de toda sua obra poderá ainda colaborar para diferentes leituras dos fenômenos informacionais deste tempo.

Dentro dos limites específicos dos objetivos a que se propôs esta pesquisa, a percepção de Goffman acerca das articulações estabelecidas entre os internos de uma IT e o mundo exterior dão suporte a uma dimensão da informação que é mais angustiante do que a vulgarmente difundida panacéia libertária de uma “sociedade da informação”. O controle sobre as vidas dos sujeitos, o uso estratégico da informação como ferramenta de formatação dos comportamentos, permitindo o deslocamento do poder institucional em torno das demandas reveladas nos rituais de adaptação, são manifestações de uma estrutura de poder que se enraíza e aprofunda no mais íntimo dos internos, na tentativa de lhes constituírem em um tipo específico de sujeitos, conquistando seus sentimentos e pensamentos.

É sobretudo nesta medida que as instituições totais se distinguem das demais, pois é feito sem disfarce o controle da comunicação e dos fluxos de informação que as atravessam nas várias direções, entre internos ou destes para com o mundo exterior. O aparato estruturado para este controle, envolvendo tecnologias e práticas culturais, supera o espaço coadjuvante que lhe poderia ser originalmente atribuído. Sua relevância no contexto da vida institucional é de proporção vital e se confunde em grande parte com os propósitos de existência das instituições totais.

A pesquisa junto aos cadetes revelou uma porosidade dos dispositivos de controle e algumas de suas limitações. Mesmo com o domínio forte sobre a agenda dos internos a

instituição não pode controlar o uso particular da internet e dos celulares. Ainda que haja certa predominância dos contatos pessoais em relação à busca de informações do mundo exterior, as constantes trocas de informações com amigos e familiares diminuem a eficácia dos instrumentos tradicionais de controle. Se toda a atividade desenvolvida no interior de uma instituição total tem por princípio o isolamento, sua lógica é perturbada pela disponibilidade virtual de informações numa esfera onde sua ação ainda é muita tímida. O contato com o outro permite a relativização dos momentos vividos como interno, no sentido de que se oferecem alternativas de comportamento, criam-se elos invisíveis entre pessoas distantes e o constrangimento provocado pelas técnicas de enquadramento já não é tão sufocante.

É bem verdade que a atuação de um professor militar como pesquisador, portanto parte da equipe dirigente, não se faz sem que haja ruídos na realização das entrevistas. A atividade de campo não ofereceu aos internos o contato com um sujeito externo, provocando declarações realizadas no contexto próprio da instituição total. Apesar disso, as entrevistas puderam revelar comportamentos que fogem ao controle institucional, centrado na gestão da rede e dos equipamentos próprios de acesso à internet. Já o uso dos equipamentos pessoais de acesso à internet por meio de redes privadas não é controlado por parte da equipe dirigente, possibilitando fluxos que podem escapar aos propósitos formais da instituição.

Na perspectiva de uma ação profunda de subjetivação, em que o modo de ser dos internos seja decididamente transformado, seria esperado que a interação com o mundo exterior através de qualquer meio tecnológico apresentasse um padrão típico de comportamento para todo o conjunto de internos, o que diminuiria a importância dos vazamentos ao controle direto exercido pela instituição. No entanto, a variação dos comportamentos engloba sujeitos completamente submetidos ao projeto institucional e que levam consigo os sinais do período de formação vivido na Academia e, por outro lado, sujeitos que chegam a evitar sua identificação como militar entre amigos e familiares, buscando demarcar claramente a separação entre a vida profissional e a vida pessoal.

Neste contexto, portanto, em que a eficácia do controle sobre a comunicação dos internos e a formação de fluxos de informação com o mundo exterior é bastante reduzida, o que se percebe é que um projeto institucional alicerçado em práticas de isolamento característico da primeira metade do século XX apresenta sinais claros de desgaste. O desconforto do interno que se depara com situações inusitadas de adaptação a um modo de vida específico militar não redundará inevitavelmente em submissão. As possibilidades de resistir e buscar refúgio no espaço virtual para seu modo de ser se insinuam abertamente e, evidentemente, não poderiam ter sido previstas no momento de criação destas instituições. De

fato, as manifestações desta conjuntura de início de século apontam para o esgotamento do modelo instituição total de acordo com seu desenho original. A concorrência do discurso institucional com os discursos presentes no espaço virtual parece demandar uma capacidade de diálogo e convencimento ainda estranhos às pesadas instituições totais, mas será preciso uma pesquisa nesta direção para conhecer as efetivas possibilidades de adaptação deste modelo aos tempos atuais.

Por fim, é inevitável concluir que muita coisa mudou. O simples e fácil estabelecimento de fluxos de informação entre os sujeitos mais dispersos e diferentes que se possa imaginar é uma possibilidade concreta cujo alcance sobre a subjetividade dos internos a uma instituição total é muito incerto. Porém, a multiplicação de alternativas que decorre daí é, por si mesma, desestruturante dos rituais e práticas costumeiras nas instituições totais. E é possível que a única coisa que não tenha mudado seja a habilidade da equipe dirigente em implementar técnicas tradicionais de controle e enquadramento, o que se torna cada vez mais anacrônico.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituição e Poder**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1986.

ASSOCIATED PRESS. Força Aérea americana alerta militares contra uso de localizadores no Facebook. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/832281-forca-aerea-americana-alerta-militares-contra-uso-de-localizadores-no-facebook.shtml>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

BARP, José Wilson; BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. **O segredo institucional e a manipulação da informação em Goffman**. Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009

BECKMAN, Christine M., STANKO, Taryn L.. **Online in the Gulf: Information Technology as a Threat to Organizational Control in a Total Institution**. Boston, Encontro Anual da American Sociological Association, 31 jul 2008, disponível em <http://www.allacademic.com/meta/p242310_index.html>

BELKIN, Nicholas J. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, p. 197-204, Jul / Ago 1976.

BENELLI, Sílvio José. **Pescadores de homens** – estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. A Instituição Total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.21, n.3, set / dez 2004.

_____. Análise Institucional de um seminário católico e da formação sacerdotal. **Revista de Psicologia da Unesp**, 6 (1), 2007.

_____. Geografia do poder em Goffman: vigilância e resistência, dominação e produção de subjetividade no hospital psiquiátrico. **Revista Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v.20, n.2, p.35 – 49, maio/agosto 2003.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Regimento Interno da Academia Militar das Agulhas Negras. **Aditamento ao Boletim Interno da DFA nº 041 (Ministério da Defesa)**, Rio de Janeiro, RJ, 09 jun 2009.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 121-EME**. Aprova as instruções reguladoras para utilização da rede mundial de computadores (internet) por organizações militares e militares do Exército. Brasília, DF, 12 nov 2001.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 049-DCT**. Aprova as instruções reguladoras para emprego sistêmico do serviço de correio-eletrônico no Exército Brasileiro. Brasília, DF, 19 dez 2005.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Normas Gerais de Ação da AMAN**. Resende, RJ, 19 dez 2008.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 006-DCT**. Aprova as normas para o controle da utilização dos meios de tecnologia da informação no Exército. Brasília, DF, 05 fev 2007.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 009-DCT**. Aprova o regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras. Brasília, DF, 14 jan 2002.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 012-DEP**. Aprova a conceituação dos atributos da área afetiva, para uso pelos órgãos e estabelecimentos de ensino subordinados, coordenados ou vinculados técnico-pedagógicamente a este departamento. Rio de Janeiro, RJ, 12 mai 1998.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 026-DEP**. Aprova as normas para avaliação educacional. Rio de Janeiro, RJ, 03 abr 2003.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 076-DEP**. Aprova os critérios de avaliação educacional a serem seguidos pelos estabelecimentos de ensino e organizações militares subordinados ou vinculados e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 16 ago 2004.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 135-DEP**. Aprova as instruções reguladoras da organização e da execução dos cursos de graduação, de especialização-profissional, de extensão e de pós-graduação no âmbito do DEP. Rio de Janeiro, RJ, 31 out 2006.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 549-Cmt EB**. Aprova o regulamento dos preceitos comuns aos estabelecimentos de ensino do Exército. Rio de Janeiro, RJ, 06 out 2000.

_____. **Decreto nº 3.182**. Regulamenta a Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF, 23 set 1999.

CALAZANS, A. T. S. . Estudo de Caso - uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana. (Org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. 1 ed. Brasília: Thesaurus Editora, 2007, v. 1, p. 39-62.

CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa – a força de um ideal**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-247, jan/abr 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. Notas de Pesquisa - Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. **Militares e Política**, v. 1, p. 1-7, 2007.

_____. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. A socialização profissional dos militares brasileiros: notas sobre uma investigação antropológica na caserna. **Etnográfica**, V. 8.1, p. 79 – 90, 2004a.

_____. **O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004b.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade – o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese de doutorado. Ibict/UFRJ, 1997.

_____. Identificar, classificar, (in)formar: dispositivos institucionais na Casa de Correção da Corte. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.6, n.1, fev/2005.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Campinas: Editora Papyrus, 1995.

DA MATA, R. **O ofício etnológico ou como ter “antropological blues”**. In: NUNES, E. De O. (org.). **A aventura sociológica : objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.23-35.

DANTAS, Heloysa; LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **PROPOSTA PEDAGÓGICA DA AMAN**. Disponível em: <www.dfa.ensino.eb.br/pag_estabAMAN.htm#visao>. Acesso em: 12 ago. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Isa Maria. A utopia planetária de Pierre Lévy: uma leitura hipertextual d'a inteligência coletiva. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.10, n.2, jul / dez 2005.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da História e História dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas** - Ano 02, número 02, 2003. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero02-2003/lidiafreitas.htm>>. Acesso em 12 set 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Estigma: la identidad deteriorada**. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 2006.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

_____. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

GONDAR, Jô. Winnicott, Bérqson, Lacan: Tempo e Psicanálise. **Ágora**, Rio de Janeiro, v.IX, n.1, jan/jun 2006

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, vol.5 ,no 2., p. 7-31, 1999.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p.27-40, jan-abr. 2002

GRACIOSO, Luciana de Souza; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem: da pragmática informacional à web pragmática**. Rio de Janeiro, 2010.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos – o breve século XX, 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia volta volver**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1997.

LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. São Paulo. Edições Loyola, 2007.

LUNDQUIST, Jennifer Hickee. When Race Makes No Difference: Marriage and the Military. **Social Forces**, Vol. 83, No. 2, , pp. 731-757, Dec., 2004, disponível em <<http://www.jstor.org/stable/3598346> >

MARIANI, Bethania. Subjetividade e imaginário linguístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais – fundamentos e transversalidades. **Informação & informação**, Londrina, v.12, nº esp., 2007

_____. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

McKANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

McNAMEE, Lacy G. **(In)voluntarily enmeshed: Reexamining voluntary membership through the lens of total institution**. Paper apresentado no encontro annual da National Communication Association, San Diego, CA. 2008

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus. 2000.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810 – 1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PORTUGAL, Francisco T. **Psicologia social em George Herbert Mead, na Escola de Chicago e em Erving Goffman**. In: Ana Maria Jacó-Vilela, Arthur Arruda Leal Ferreira e Francisco Teixeira Portugal. História da Psicologia. Rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005

ROSSI, Regiane Aparecida. **Vocação, tradição ou profissão?: um estudo sobre a escolha profissional e a evasão escolar na Escola Preparatória de cadetes do Exército**. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 2001.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**. São Paulo: Paulus, 2004

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência e Saúde Coletiva**, 5(1), p. 187-192, 2000.

SUGAHARA, Cibele Roberta; VERGUEIRO, Waldomiro. Aspectos conceituais e metodológicos de redes sociais e sua influência no estudo de fluxos de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n.2, p. 102-117, jan./jun. 2010.

THE TELEGRAPH. **Freira é expulsa de convento por conta de seus 600 amigos do Facebook** Disponível em: <<http://br.tecnologia.yahoo.com/article/21022011/7/tecnologia-freira-expulsa-convento-conta-600.html>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

VELHO, Gilberto. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. **Sociologia, problemas e práticas**. Lisboa, Portugal: n.38, maio 2002. disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/index.jsp?revista=2>>

SILVA, Agnaldo José da. Socialização e violência policial militar. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2002, p. 183-191.

TALAMO, M. F. G. M. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGramaZero: revista de ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004.

WORTMEYER, Daniela S. **Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional: um estudo da formação de oficiais do Exército**. Dissertação de mestrado. UERJ, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.